

Figura 7.92 - Opção dos agricultores em relação à residência no “monte”.

As razões que levaram os agricultores a optar por não residir nestes locais são várias. Verificámos que:

- os 44% de agricultores que optaram por não viver no monte, fundamentam a sua opção, devido à inexistência de condições essenciais, como a água, os esgotos e a electricidade que associadas aos maus acessos e ao estado degradado em que se encontram muitas das habitações, tornam aí a vida difícil;
- para 21% dos indivíduos, as razões que impedem a sua residência no monte são de origem familiar, ou porque vivem lá os pais, ou porque as crianças estão a estudar na vila ou então porque as esposas não gostam;
- alguns (12%), apontam ainda que a solidão e o isolamento deste local, fazem com que tenham optado por viver na vila.

Daqueles que vivem no monte:

- quase metade (48%), justifica que a sua opção é por motivos profissionais, pois estão mais próximos do trabalho, o que permite a resolução dos problemas “*a tempo e horas*”, dando assim mais assistência à exploração. Alguns afirmam que: “*aqui estou no lugar*”, “*tenho aqui a minha vida*” e “*moro dentro do trabalho*”;
- outros (43%), vivem neste local porque gostam, pois aí nasceram e cresceram e consideram que assim se identificam melhor com a sua exploração. Salientam que no monte vivem mais à vontade do que na vila, pois ninguém os incomoda. Por vezes dizem: “*no monte estou à minha vontade, é outro sossego*”; “*aqui está a minha vida, não me imagino a viver noutra sítio*” ou “*é uma alegria viver-se no monte*”.

No entanto quando analisamos a opinião dos agricultores em relação à importância de se residir no monte (figura 7.93), verificamos que:

- quase todos (93.2%), consideram que é importante (34.4%) ou importantíssimo (58.8%) aí residir. O que permite provavelmente compreender que grande parte daqueles que não residem no “monte”, também consideram que é importante lá viver.

A falta de condições é uma grande limitação à residência no “monte” e alguns agricultores chegaram a afirmar que: *“quando já se está habituado ao conforto das casas da vila torna-se difícil optar por voltar a viver no monte”*.

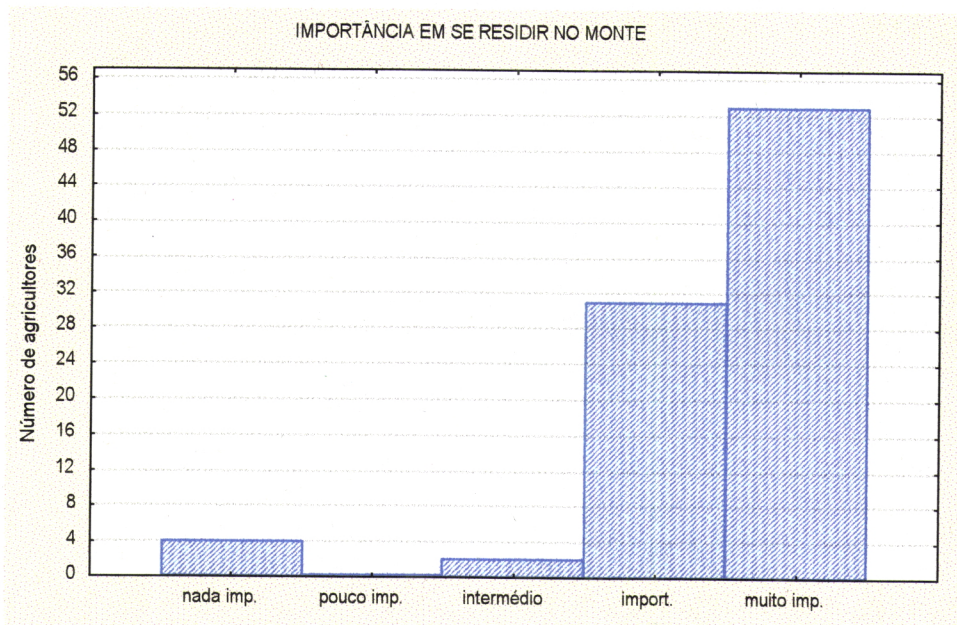


Figura 7.93 - Opinião dos agricultores perante a importância de se residir no “monte”.

O facto de alguns agricultores não residirem no “monte”, permite a uma pequena minoria(20%) ter uma outra actividade profissional (figura 7.94) que proporciona um

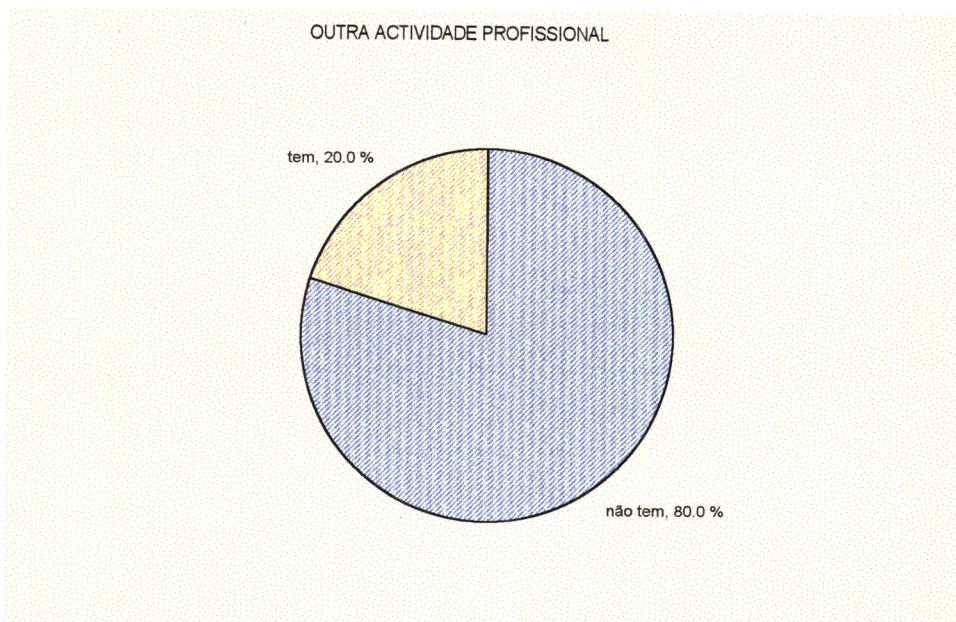


Figura 7.94 - Frequência de agricultores com outra actividade.

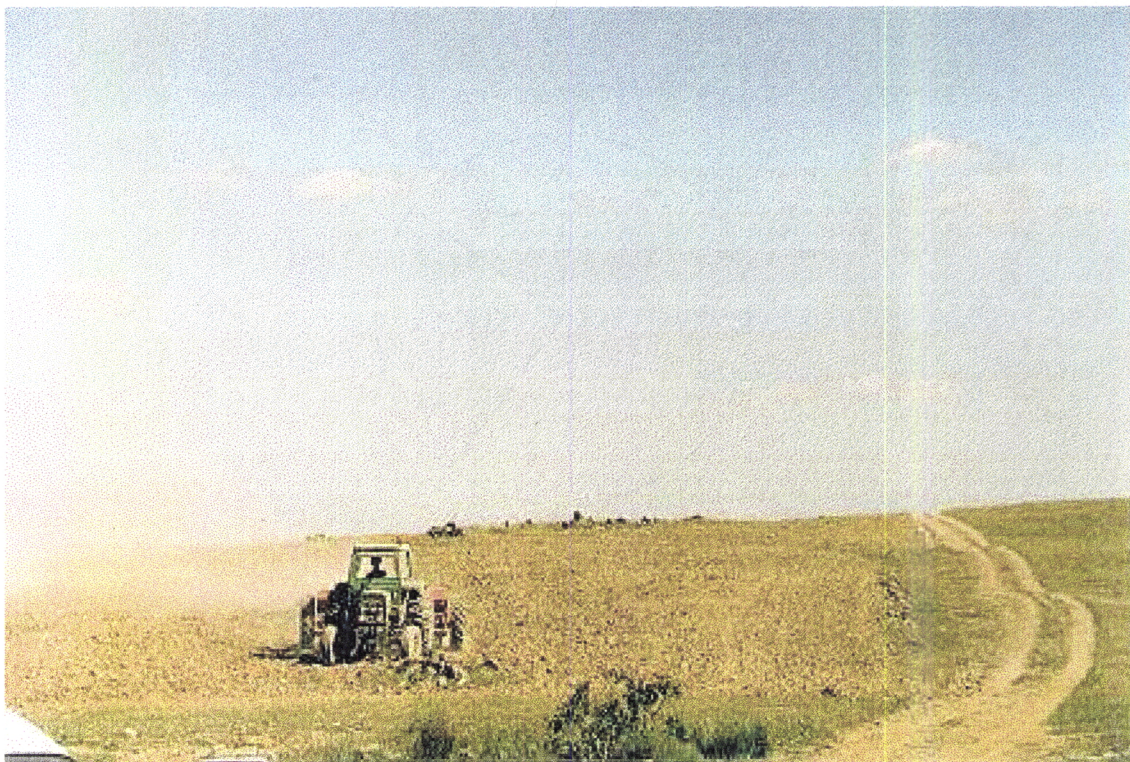
complemento ao rendimento da exploração agrícola. A assistência à exploração durante os fins de semana e o contrato de pessoal eventual nas épocas de maior serviço na lavoura, permitem que estes consigam conciliar as duas actividades. Verificou-se, no entanto que para alguns destes indivíduos, as explorações são uma herança e que as mantêm como uma forma de dar continuidade ao trabalho de seus pais e por respeito a uma terra onde cresceram.

A maioria dos agricultores (80%), dedica-se exclusivamente à actividade agro-pecuária.

7.5.1.2. A DEDICAÇÃO À ACTIVIDADE

A dedicação dos agricultores à actividade agro-pecuária, poderá ser avaliada através da análise do número de horas de trabalho diário e à opção que fazem em não se ausentarem para férias.

A análise destas situações permitiu-nos verificar (figura 7.95) que a maioria dos agricultores (60%) trabalha diariamente mais de 12 horas, o que demonstra grande dedicação à sua actividade profissional (fotografias 7.18 e 7.19). No entanto verifica-se que o número de horas diárias de trabalho varia sazonalmente e depende das condições climáticas, trabalhando-se por vezes de sol a sol, noutras ocasiões algumas horas e em certos dias, quando o excesso de chuvas não o permite, não é possível trabalhar.



Fotografia 7.18 - A sementeira um aspecto do trabalho na lavoura.

Apenas alguns (25%) trabalham, diariamente, entre 8 a 12 horas e uma pequena minoria (15%) dedica-se menos de 8 horas à sua exploração, provavelmente aqueles que fazem apenas cereais.



Fotografia 7.19 - A ceifa, um aspecto do trabalho na lavoura

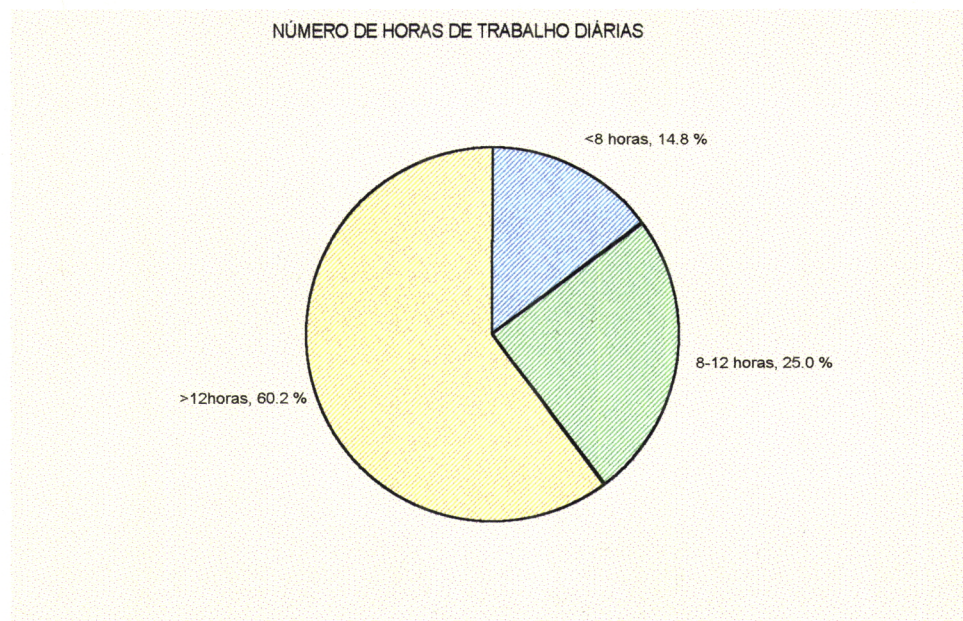


Figura 7.95 - Número de horas de trabalho diárias.

Verificámos (figura 7.96) também, que:

- a maioria dos agricultores (69.3%) não se ausenta para férias, porque não pode abandonar a exploração, pois é necessário acompanhar diariamente todo o serviço, principalmente no que se refere à assistência ao gado;

- no entanto, alguns (30.7%) fazem férias, podendo ausentar-se, pois deixam alguém a substituí-los na exploração.

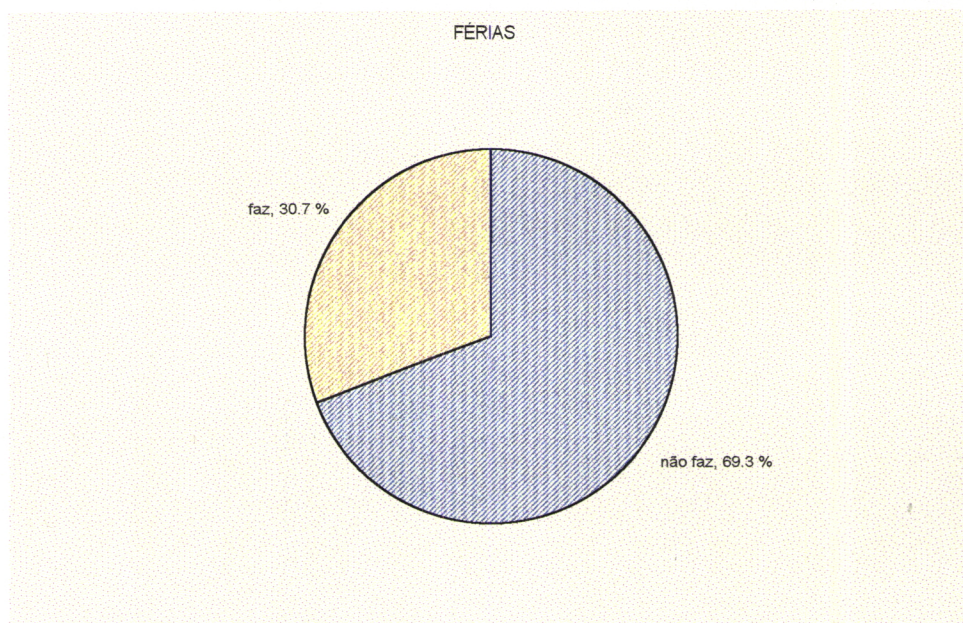


Figura 7.96 - Opção dos agricultores relativamente a férias.

7.5.1.3. OS EMPREGADOS AGRÍCOLAS

Se existem agricultores que não vivem nos “montes” das suas herdades, por vezes torna-se importante que estes sejam habitados por empregados agrícolas. Por esta razão analisámos qual a frequência das explorações com empregados a residirem nos montes (figura 7.97) e verificámos que:



Figura 7.97 - Explorações agrícolas com empregados a residirem nos “montes”.

- apenas uma pequena minoria (19.1%) aí reside;
- na maioria dos casos (80.9%) os empregados vivem na vila, pois não se estão para sujeitar a viver no “monte” sem condições. Além de ser uma forma de cumprirem o horário normal de trabalho. O que não seria possível se vivessem nos “montes”, pois os problemas têm de ser muitas vezes resolvidos a qualquer hora do dia ou da noite.

Pareceu-nos interessante analisar qual a opinião dos agricultores em relação ao facto dos empregados residirem nos “montes” (figura 7.98) e verificámos que a maioria (85.5%), considera que é importante (45.5%) ou importantíssimo (30.0%).

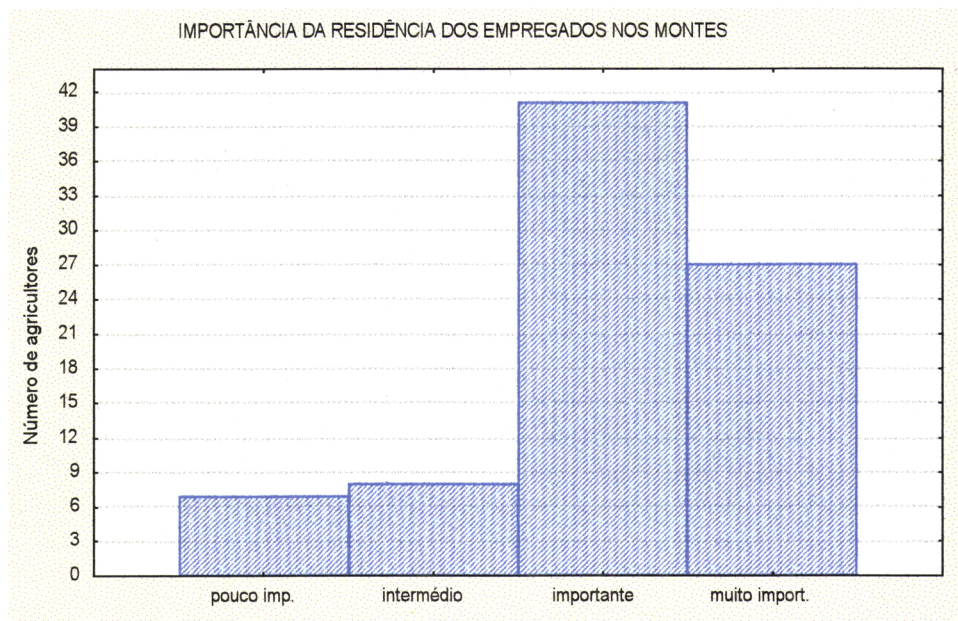


Figura 7.98 - Opinião dos agricultores em relação à residência dos empregados nos “montes”.

Fundamentam as suas opiniões no facto, de ser uma forma dos empregados:

- ficarem mais próximos do trabalho;
- ganharem mais gosto e dedicação pela actividade, pois residir no “monte” permite um conhecimento e uma ligação diferente à exploração e a transmissão mais rápida e directa dos problemas existentes;
- poderem dar assistência à exploração em qualquer situação problemática que ocorra fora das horas de serviço, principalmente pela importância da assistência ao gado;
- contribuirem para a protecção e preservação daqueles lugares.

Para alguns dos agricultores que vivem nos “montes”, a companhia dos empregados, seria ainda agradável pelo convívio que possibilita. Para uma pequena minoria, porém é pouco importante, pois é um grande encargo, preferindo residir sózinhos. Por vezes revelam alguma desconfiança, quando afirmam que: *“a mentalidade das pessoas é diferente, nunca sabemos o que nos espera.”*

7.5.1.4. AS HORTAS

Em tempos, nas explorações agrícolas, as hortas, eram espaços aprazíveis e sinal de fartura. Geralmente ficavam situadas nas “courelas” de terra de melhor qualidade e perto de linhas de água, para facilitar a rega. Actualmente grande parte das hortas estão abandonadas, já não há tempo para dedicar aquele pedaço de terra e muitas vezes não se justifica economicamente. As hortas, podem ser consideradas como uma forma de ligação à terra, pois são mais um espaço de dedicação à lavoura.

Por esta razão analisamos (figura 7.99) quais os agricultores que ainda se dedicam às hortas e verificámos que a maioria (61.1%) ainda arranja algum tempo para este afazer.

Naqueles locais é frequente a existência de pomares, mas principalmente de produtos hortícolas (cenouras, batatas, ervilhas, favas, couves, feijão, grão, alhos e cebolas) que servem para consumo da família. Alguns indivíduos, referiram-se ao facto de nesta região ser dispendioso produzir-se na horta, pois é necessária água que não abunda, gasolina e um motor para rega.

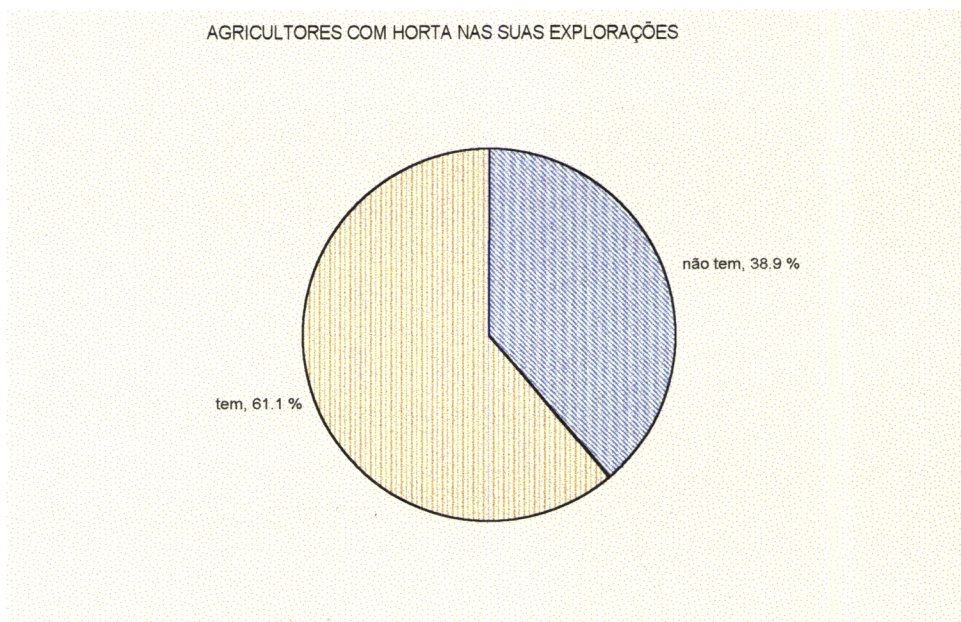


Figura 7.99 - Agricultores com horta nas suas explorações.

7.5.1.5. OS OLIVAIS

Nesta região é frequente encontrarmos nas hortas pequenos olivais. Estes geralmente são antigos, de pequena dimensão, localizando-se preferencialmente perto dos montes, em cercas (fotografia 7.20) Actualmente a manutenção destes espaços é difícil, pois há falta de pessoal que saiba limpar as árvores ou queira apanhar a azeitona. O azeite que se produz geralmente é para consumo da família do agricultor. A existência e a manutenção de olival nas explorações, poderá ser considerada como uma forma de ligação do agricultor à terra.



Fotografia 7.20 - O Olival

Averiguámos quais os agricultores que tinham olival nas suas explorações (figura 7.100) e verificámos que a maioria (61.4%) ainda mantém estes espaços, muito embora em alguns casos (38.6%), nunca tenham existido e noutros tenham sido arrancados.

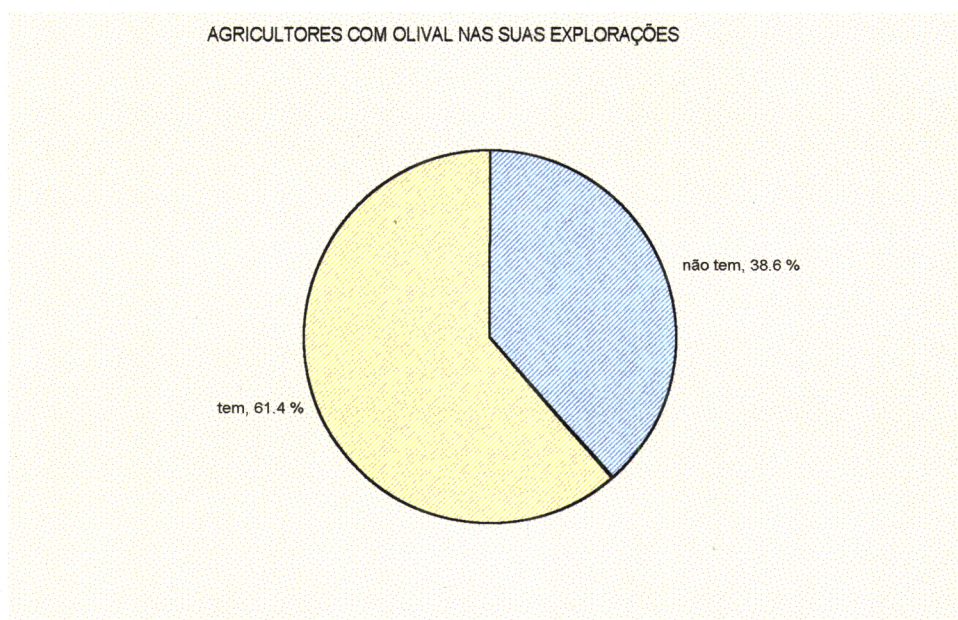


Figura 7.100 - Agricultores com olivais, nas suas explorações agrícolas.

Analisámos então qual a opinião dos agricultores em relação à importância económica destes pequenos olivais (figura 7.101) e verificámos que:

- alguns consideram que têm pouca (17.7%) ou nenhuma importância (13.3%), pois é difícil encontrar pessoal especializado que faça a sua manutenção, tornando-se dispendioso pagar a quem queira apanhar azeitona. Por esta razão há quem opte por deixar cair a azeitona, não a chegando a apanhar;
- outros (18.8%), pelo facto de produzirem algum azeite para consumo da casa, dão algum significado económico ao olival ou são indiferentes (7.7%), perante a sua importância económica.

Salienta-se que devido à reduzida dimensão dos olivais, apenas um restrito número de agricultores se candidata ao subsídio ao azeite, o que permite realçar a fraca importância económica do olival, no Concelho.

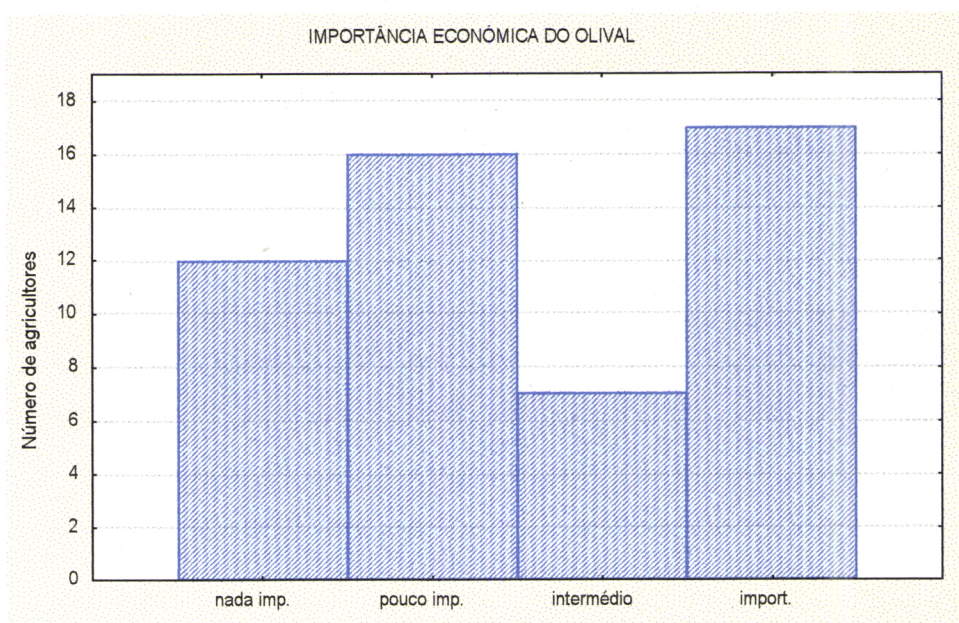


Figura 7.101 - Opinião dos agricultores em relação à importância económica do olival.

7.5.1.6. A RESISTÊNCIA A SAIR DA REGIÃO

O grau de dificuldade que os agricultores possuem em abandonar a região, se o futuro da agricultura não for promissor, é também uma forma de analisar a ligação destes à terra.

Por esta razão, verificámos qual a atitude dos agricultores em relação à dificuldade em abandonarem a região (figura 7.102) e verificámos que:

- a maioria (78.8%) possui grande resistência, (64.4%) possuem muita dificuldade, enquanto 16.6% apenas possuem dificuldade);
- enquanto alguns (14.4%) parecem ter pouca dificuldade em abandonar a região;
- e uma reduzida minoria (5.5%) parece ser indiferente.

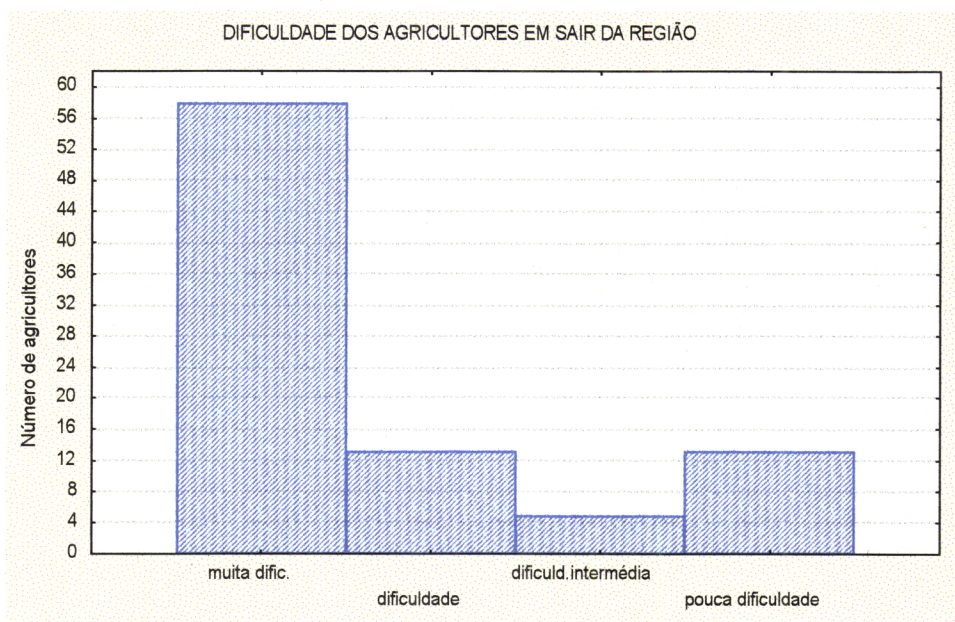


Figura 7.102 - Atitude dos agricultores em relação à dificuldade em sair da região, se o futuro da agricultura não for promissor.

As fundamentações apresentadas pelos agricultores em relação à dificuldade em abandonarem a região, se a sua actividade não tiver futuro, permitiram verificar que:

- a maioria (56%) considera-se muito ligado à terra e à sua actividade, pois sempre viveram nesta região e têm-lhe amor;
- muitos perguntaram para onde iriam, se não sabem fazer mais nada, pois sentem-se “enraizados” na lavoura. Outros afirmaram que: “morria logo se tivesse de deixar isto”, “a terra é um hábito” ou “estou preso à terra”;
- 18% baseiam-se fundamentalmente na idade avançada que possuem, como uma das dificuldades para sair da região;
- uma minoria (10%) de agricultores que possui alguns estudos, fundamenta-se neste facto, revelando que se a agricultura não tiver futuro, terão de abandonar esta actividade e dedicar-se a outra;
- os restantes agricultores apresentam várias justificações, destacando-se entre elas, que actualmente a agricultura é uma actividade desmotivante, pois é muito trabalhosa e muitas vezes não compensa. E afirmam que se não fosse a falta de habilitações, deixariam a região e procurariam outra actividade. No entanto outros, pelo facto de se serem ainda novos e de terem uma família para criar, consideram que teriam de arranjar outra ocupação, quando a agricultura não permitisse a manutenção das suas explorações.

Analisámos então qual a percepção que os agricultores possuem em relação à dificuldade “dos outros agricultores”, deixarem esta região (figura 7.103). Também verificámos que na sua maioria (92.1%) consideram que os agricultores em geral, têm dificuldade em sair (77,7% considera que têm muita dificuldade e 14.4% apenas dificuldade) da região.

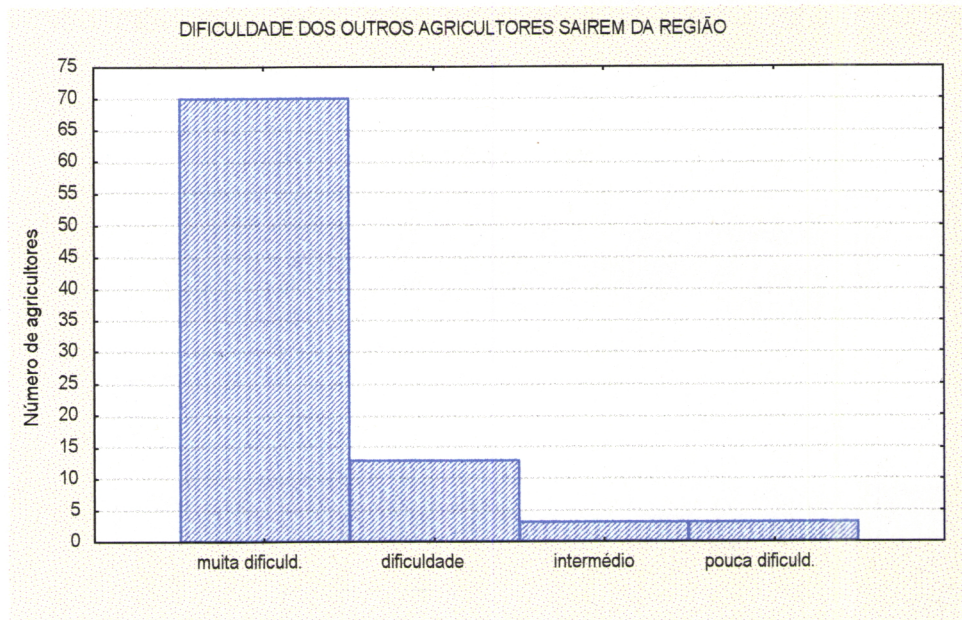


Figura 7.103- Percepção dos agricultores em relação à dificuldade dos outros saírem da região se o futuro da agricultura não for promissor.

As razões apresentadas pelos agricultores em relação à dificuldade com que os outros abandonarão esta região, se a agro-pecuária não tiver futuro, foram analisadas, permitindo-nos verificar que:

- 32% dos indivíduos consideram que os agricultores não têm para onde ir, pois na generalidade dos casos estão a ficar velhos e cansados, com poucas habilitações, não conseguindo encontrar noutro sítio forma para sobreviver;
- 27% salientam a sua forte ligação à terra, considerando que a amam e possuem espírito de sacrifício, afirmando que: “*Aqui está a nossa vida*” e “*Morrem agarrados à terra*” se tiverem que sair;
- 16% consideram que sempre viveram da agricultura e só conhecem este ofício;
- para outros 16%, o facto de grande parte dos agricultores se encontrar numa situação económica comprometida, dificulta-lhes o abandono desta região;
- muito poucos (6%), consideram que se a agricultura não tiver futuro nesta região, os lavradores terão que modificar as suas vidas e encontrar soluções para resolver a situação.

7.5.1.7. A LIGAÇÃO À TERRA

Pareceu-nos então interessante conhecer qual a opinião dos agricultores em relação à forma como estão ligados à terra (figura 7.104). E verificámos que:

- a maioria (56.6%) considera que existe uma forte ligação dos agricultores desta região à terra;
- para outros (31.1%) esta ligação não seja tão intensa;
- e para uma reduzida minoria (4.4%) há agricultores pouco ligados à terra.

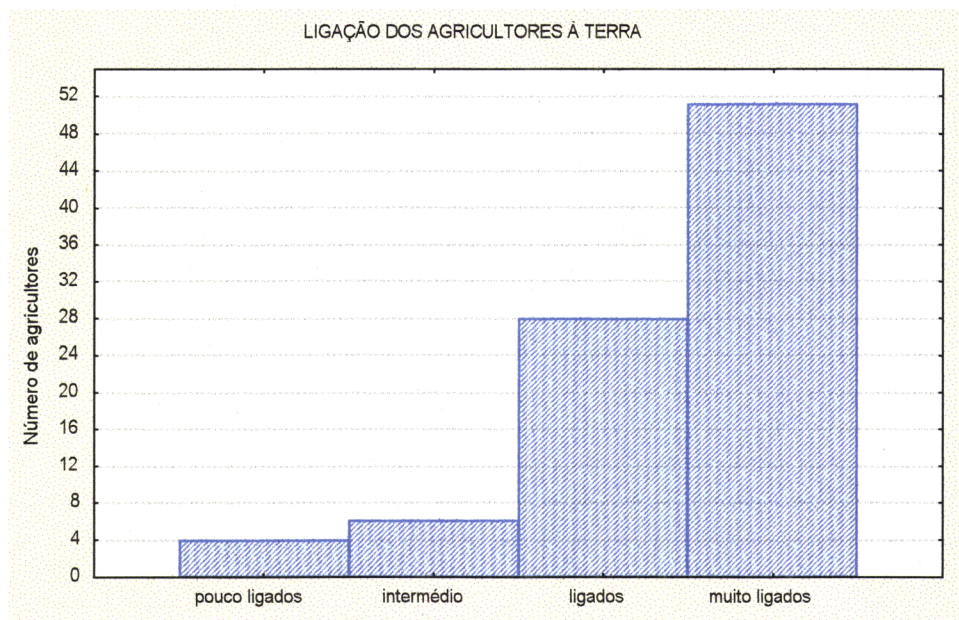


Figura 7.104 - Opinião dos agricultores em relação à sua ligação à terra.

Fundamentam as suas opiniões considerando (82%) que a terra é o seu modo de vida, pois nasceram e cresceram ligados a ela, sendo dela que sai o seu sustento. Afirmam que: *“a terra é algo produtivo, é um bem com valor”*. Consideram que embora na maioria das vezes sejam prejudicados pelas incertezas do tempo, não largam a terra, trabalhando de manhã à noite, sem feriados, sem férias e sem dias certos, semeando sempre na esperança de um ano melhor. Para alguns: *“a agricultura torna-se uma doença, um vício, uma coisa de criar, de ver crescer, de conseguir aumentar”*.

Uma pequena minoria (18%), salienta que os agricultores mais jovens estão menos ligados à terra que os mais idosos, pois a vida na lavoura é dura e a estabilidade da actividade agro-pecuária tem vindo a agravar-se nos últimos tempos. Salientam o facto de alguns agricultores ainda estarem ligados à terra, apenas pelo interesse económico dos subsídios.

7.5.1.8. OS JOVENS AGRICULTORES

O facto de alguns agricultores terem referido que são os mais jovens aqueles que menos estão ligados à terra, levou-nos a averiguar qual a percepção destes em relação à quantidade de jovens agricultores no Concelho (figura 7.105) e verificámos que na sua maioria (73.2%), consideram que existem poucos (47.7%) ou nenhuns (25.5%) jovens a dedicar-se à lavoura. Embora uma reduzida minoria (5.5%) considere que existem alguns

jovens agricultores e outros (21.1%) demonstrem alguma indecisão quanto à sua opinião da quantidade de jovens agricultores na região .

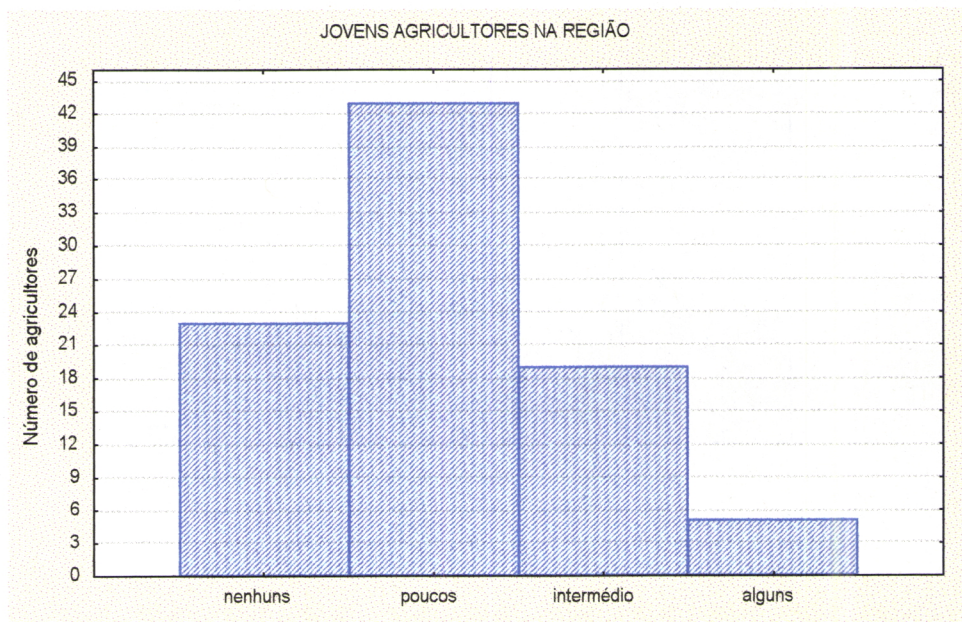


Figura 7.105 - Percepção dos agricultores em relação à quantidade de jovens agricultores no Concelho de Castro Verde

Fundamentam as suas opiniões no facto de considerarem (48%) que aqueles estão pouco receptivos a esta actividade, pois as exigências da agricultura têm pouco a ver com as exigências dos jovens dos dias de hoje que não estão para se sujeitar a passar uma vida sem fins de semana, feriados ou férias, preferindo por esta razão optar por outras actividades.

A falta de incentivos aos jovens e a dificuldade destes no acesso às terras também é uma razão apontada por outros (27%).

No entanto (14%) são da opinião de que existem alguns jovens na agricultura. Referem-se aos que nasceram e cresceram nesta vida e que seguiram os passos de seus pais, dando assim continuidade a algumas das explorações agrícolas.

7.5.1.9. AVIDA ACTUAL DO AGRICULTOR

Estes factos levaram-nos a averiguar qual a opinião dos agricultores em relação à sua vida actual, quando a comparam com o antigamente (figura 7.106) e verificámos que quase todos (94.4%) são da opinião que actualmente o agricultor tem uma vida diferente (destes 61.1% consideram-na muito diferente).

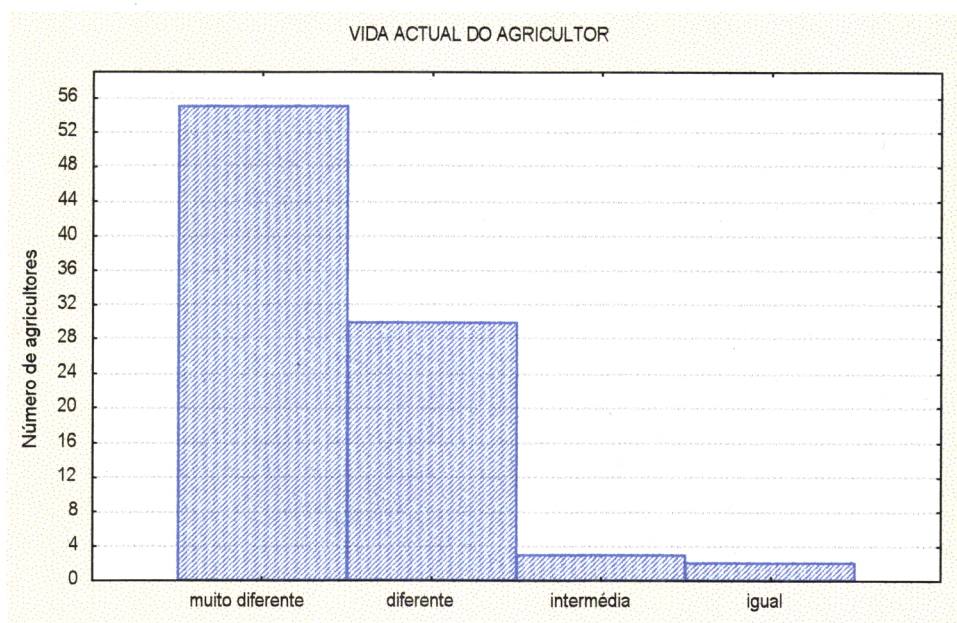


Figura 7.106 - Opinião dos agricultores em relação à comparação da sua vida actualmente com a de antigamente.

A análise das fundamentações apresentadas, permite verificar que:

- a maioria (60%) dos agricultores considera que actualmente a vida na lavoura está melhor que antigamente, pois a mecanização dos trabalhos agrícolas facilitou a vida aos lavradores, permitindo que estes tenham mais algum tempo disponível que os seus antepassados. O seu nível de vida também melhorou, graças a uma melhoria da situação económica das explorações agrícolas, em virtude da existência de subsídios comunitários;
- outros (22%), têm uma opinião contrária, consideram que a vida na lavoura actualmente está pior, pois há dificuldade em encontrar empregados e a sua manutenção torna-se muito dispendiosa para as explorações, por esta razão consideram que os agricultores actualmente trabalham mais. Salientam ainda, que hoje em dia, a vida na lavoura é mais incerta e competitiva que antigamente, pois existem problemas na comercialização dos produtos, nomeadamente em relação ao gado, e aos cereais que não são vendidos pelo seu justo valor. Consideram que os subsídios comunitários alteraram tudo e agravaram a vida na agricultura. Afirmam que: *"antigamente podia-se semear como se queria e agora não"*; *"o agricultor hoje perde horas a preencher papeis e os subsídios vêm tarde, a más horas e têm vindo a perder-se pelo caminho"*;
- para uma pequena minoria (13%) a vida da lavoura, nos dias de hoje, é apenas diferente. O agricultor tem de ser mais activo e dinâmico, sendo importante que possua uma visão diferente da sua actividade, pois tem que estar mais informado e ter conhecimentos mais amplos para poder gerir correctamente a sua exploração.

7.5.1.10. A IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA PELA SOCIEDADE

Analisámos então, qual a percepção que os agricultores possuem em relação à importância que a sociedade lhes atribui (figura 7.107) e verificámos que a maioria (72.2%) considera que esta lhes dá pouca (60%) ou nenhuma importância (12.2%).

Alguns (38%) acreditam que os subsídios são a principal razão que está na origem do desprezo dos outros. Consideram que tais apoios constituem uma forma que os agricultores têm de ganhar “*facilmente*” dinheiro e que tem contribuído para que tenham boas situações económicas. Afirmam: “*Não nos consideram pessoas, ninguém nos pode ver*” e “*Incutiram no povo o ódio aos agricultores*”.

Outros (16%) referem-se ao facto de a sociedade não ter consciência da importância do agricultor, salientando a importância da sua actividade para a produção de alimentos e afirmam que: “*É da terra que sai tudo, o pão e a carne e os agricultores muitas vezes sem comodidades têm de trabalhar ao sol e à chuva*”.

Para uma minoria (19%) a existência dos subsídios, simboliza que os agricultores não são tratados com o respeito que mereciam. Consideram que estes apoios financeiros são uma “*esmola*” e que não deveriam existir, os produtos deveriam ser vendidos pelo seu justo valor. Além disso, salientam que toda a burocracia que envolve a candidatura dos agricultores a determinados subsídios, é excessiva face ao seu baixo grau de instrução. Afirmam que: “*A burocracia descontrola-nos, perdemos a aplicação das nossas faculdades*”.

Um pequeno grupo de agricultores (13%) considera que o governo não os protege, pois não se preocupa em resolver os seus problemas.

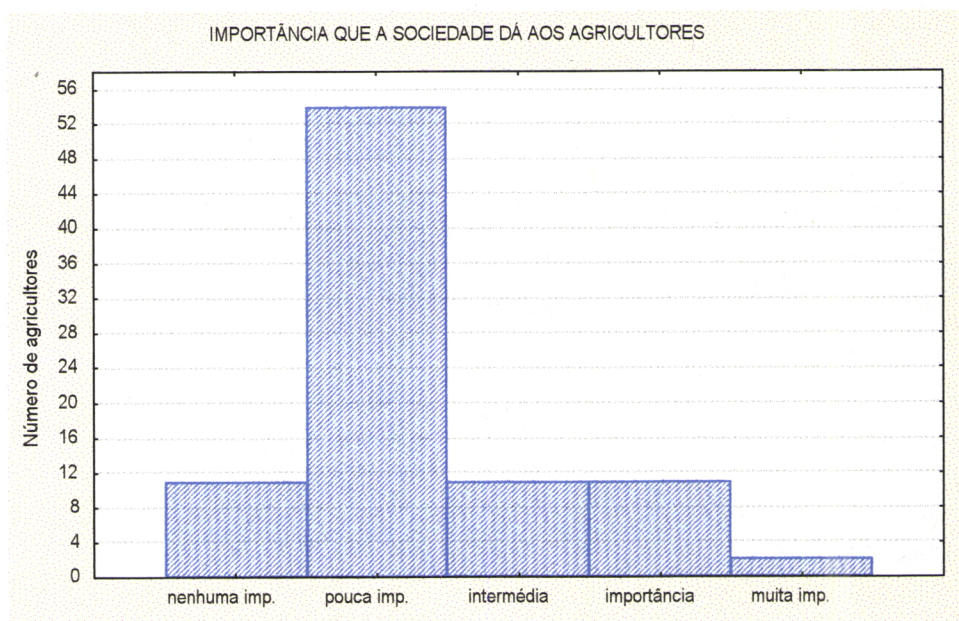


Figura 7.107- Percepção dos agricultores em relação à importância que a sociedade lhes atribui.

7.5.1.11. A REALIZAÇÃO PROFISSIONAL

Pareceu-nos interessante analisar qual a opinião dos agricultores no que se refere à sua realização profissional (figura 7.108). Verificámos que, a maioria (88.8%) gosta de ser agricultor (44.4% consideram que gosta, enquanto que 44.4% consideram que gostam muito), tendo grande estima por esta profissão. Uma pequena minoria (5.5%) gosta medianamente da sua actividade e muito poucos (4.4%) gostam pouco ou não gostam daquilo que fazem.

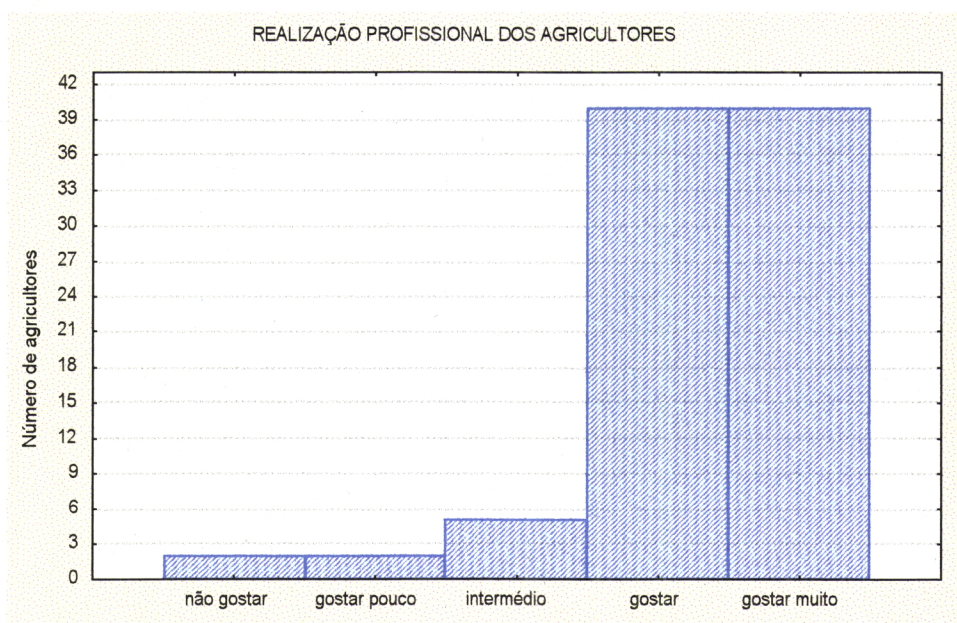


Figura 7.108 - Opinião dos agricultores em relação à sua realização profissional.

O gosto pela actividade agro-pecuária demonstrado pelos agricultores é fundamentado, pela maioria (71%) dos indivíduos, fundamentalmente devido a ter nascido e crescido no campo com a lavoura, pois já os seus pais eram ou ainda são agricultores. Sendo este o seu sonho desde pequenos, o que os faz estimar muito a sua profissão. Alguns afirmam: “*Sinto-me bem com a criação e a paisagem.*”; “*Dediquei-me de alma e coração*” e “*Gosto da terra e da natureza: semeio, vejo crescer e depois posso colher*”.

Outros (22%) consideram que já gostaram mais de ser agricultores. Afirmam que: “*os tempos já foram melhores*”, pois actualmente nem o clima nem o governo os ajuda. Dizem que se encontram decepcionados, pois têm uma vida ingrata, sem futuro e que muitas vezes economicamente, não compensa.

7.5.1.13. A PAISAGEM

A paisagem desta região é resultado da acção da actividade dos agricultores. Assim a noção que estes têm da paisagem poderá ser uma forma de revelar qual a sua ligação à terra. Por esta razão analisamos qual a opinião dos agricultores em relação à paisagem desta região do Baixo Alentejo.

Verificámos (figura 7.109) que a maioria (72%) considera-a bonita (67.7%) ou muito bonita (4.4%) principalmente na Primavera (fotografias 7.21 e 7.22), quando os campos



Fotografia 7.21 - Aspecto da paisagem na Primavera
(Campo Branco; Freguesia de Entradas)



Fotografia 7.22 - Aspecto da paisagem no início da Primavera
(Monte do Salto; Freguesia de São Marcos da Ataboeira)

estão verdes e têm vida. Alguns afirmam: “na Primavera parece um jardim com flores”; “na Primavera dá-se outro desenvolvimento a tudo”.

Outros, porém, consideram que a paisagem é original e identificam-se com ela, pois nasceram e cresceram nesta região e já estão habituados a ela. Afirmam por vezes que: “dá outra influência, esta paisagem transmite-nos algo melhor”.



Fotografia 7.23 - Aspecto da paisagem no início do Verão.

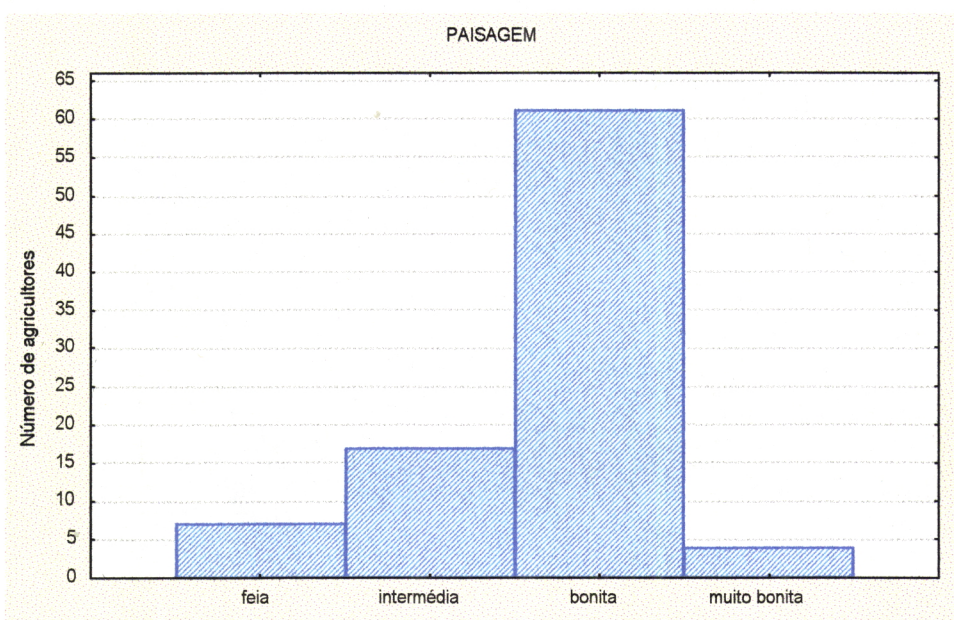


Figura 7.109 - Opinião dos agricultores em relação à paisagem.

Há ainda aqueles que consideram (18.8%) que a paisagem não é bonita nem feia e salientam o contraste desta paisagem na Primavera e no Verão (fotografia 7.23), referindo-se à agressividade e tristeza que transmite na estação mais quente.

Para uma pequena minoria (7.7%) a falta de árvores tornam a paisagem feia, afirmando que: “*principalmente no Verão, sem arvoredo, esta região parece um deserto*”.

7.5.1.13. O AUTOESTEREÓTIPO

A análise do autoestereótipo dos agricultores contribui de alguma forma para entender a sua ligação à terra. Por esta razão solicitámos que caracterizassem os lavradores desta região e verificámos que:

- 57% consideram-se desunidos, individualistas e desconfiados. Alguns afirmaram que: “*temos dificuldade em conciliar as nossas ideias, pois pensamos sempre que estamos a ser enganados*”. No entanto, não impede que exista união e amizade nos momentos em que necessitam da ajuda uns dos outros;
- 12% assinalam a persistência, o empenhamento e a teimosia, afirmando que: “*o agricultor que vive nesta região está preparado para tudo*”;
- 10% referem ainda a inveja, vingança e cinismo como alguns dos seus atributos;
- para uma minoria são ainda considerados de pouco comunicativos, conservadores, rotineiros, ignorantes, mas simples, pobres e honestos.

7.5.2. ANÁLISE DE VARIÂNCIA SEGUNDO AS VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Com o objectivo de verificar se existem diferenças significativas na atitude dos agricultores segundo as variáveis manipuladas, dimensão das suas explorações agrícolas e a candidatura ou não ao Plano Zonal, realizámos várias análises de variância a dois factores, 2 (candidatura dos agricultores ao Plano Zonal) x 3 (dimensão das explorações agrícolas) em relação:

- à opinião dos agricultores relativamente à paisagem na região;
- à existência de horta nas suas explorações;
- à opinião dos agricultores em relação à importância económica do olival;
- à opinião dos agricultores acerca da sua vida actual;

- à percepção dos agricultores relativamente à quantidade de jovens agricultores no Concelho;
- à opção em residirem no “monte”;
- à opinião dos agricultores em relação à importância da residência no “monte”;
- à opinião dos agricultores em relação residência dos empregados no “monte”;
- à opinião dos agricultores em relação à importância de os empregados residirem no “monte”;
- à opinião dos agricultores em relação à sua ligação à terra;
- à opinião dos agricultores em relação à sua realização profissional.

Os resultados porém não se apresentaram significativos, o que indica que a ligação à terra é consistente na amostra independentemente da candidatura ou não dos agricultores ao Plano Zonal e da dimensão das suas explorações agrícolas

O mesmo tipo de análises foram realizadas em relação à atitude dos agricultores perante a residência dos seus empregados no “monte” e em relação à sua atitude quanto a se ausentarem das suas explorações, temporariamente, para férias.

Para ambas as situações os resultados demonstraram um efeito significativo da dimensão das explorações agrícolas, sendo respectivamente $F(2,83)=5.53; p<0.005$ e $F(2,82)=9.65; p<0.0002$.

Verificámos (figura 7.110) que à medida que a dimensão das explorações agrícolas aumenta, se verifica uma tendência dos agricultores a darem residência aos seus empregados nos “montes”. Este facto tem uma explicação conjuntural que se revela pela necessidade de mais apoio e assistência à pecuária nas explorações maiores, pois como vimos anteriormente é nestas que o efectivo pecuário é mais elevado.

No que se refere à opção dos agricultores quanto a ausentarem-se para férias (figura 7.111) verificámos que existe uma diferença relativa entre a opinião dos que possuem explorações grandes e a opinião daqueles cujas propriedades são médias ou pequenas. Verifica-se uma tendência dos primeiros para se ausentarem para férias, enquanto os restantes raramente se afastam da sua exploração com esse objectivo.

Este facto parece estar associado ao anteriormente analisado. São os agricultores com explorações grandes aqueles que têm empregados a residir no “monte”, tendo por esta razão oportunidade para se ausentarem de férias, pois fica sempre um dos empregados a substituí-los.

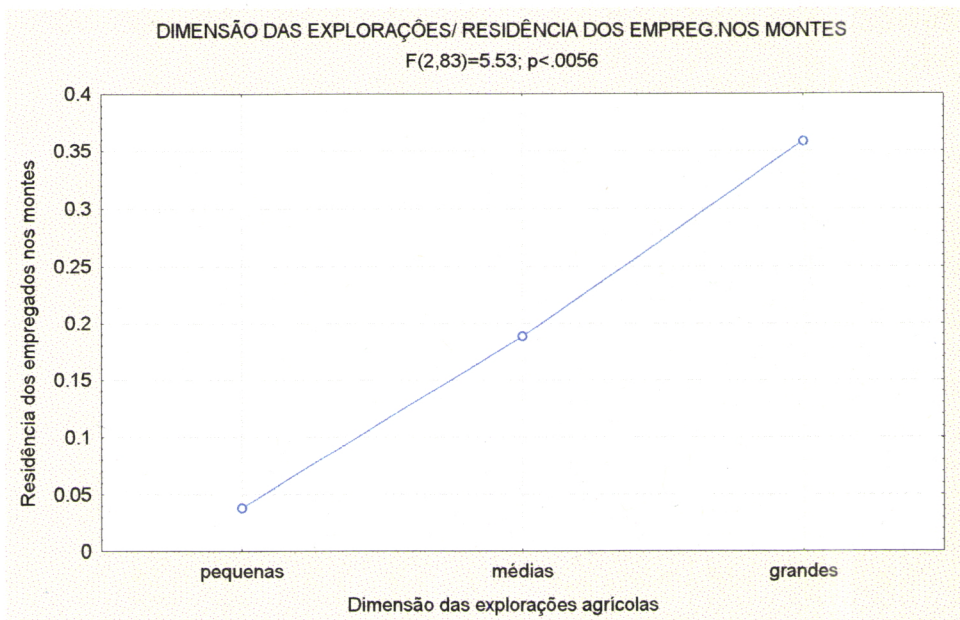


Figura 7.110 - Relação entre a dimensão das explorações e opção dos agricultores em relação à residência dos seus empregados no monte

(A classificação apresentada em ordenadas corresponde: 0 - ausência e 1- presença)

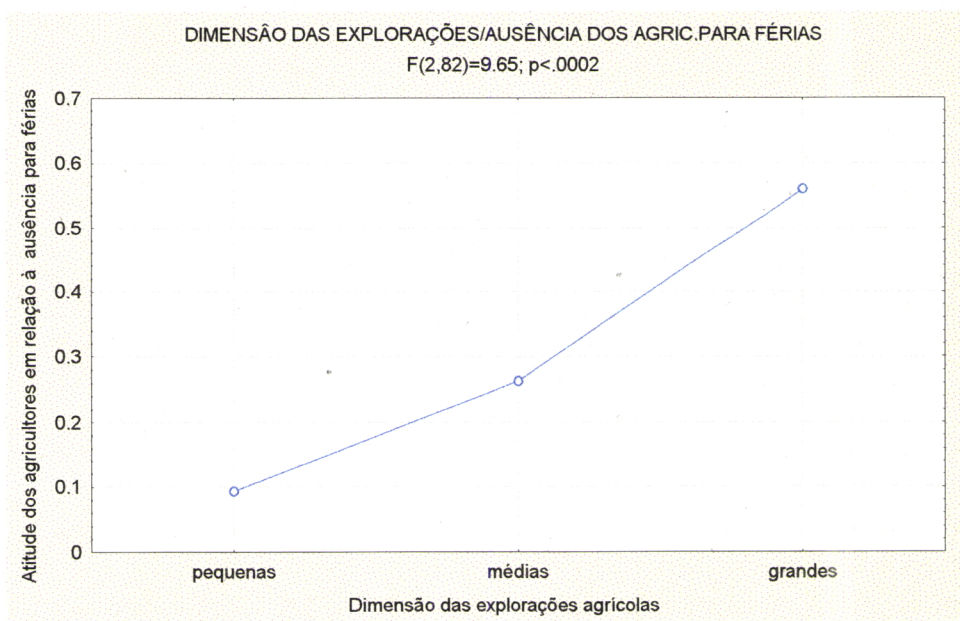


Figura 7.111 - Relação entre a dimensão das explorações agrícolas e a opção dos agricultores quanto a ausência para férias.

(A classificação apresentada em ordenadas corresponde: 0 - não se ausenta e 1- ausenta-se)

No entanto os resultados demonstraram (figura 7.112) que existe uma diferença bem marcada entre os agricultores com explorações médias quando se candidatam ou não ao Plano Zonal, em relação à opção perante ausência para férias, verificando-se que apenas quando se candidatam ao Plano Zonal têm tendência a gozar férias. Enquanto que em relação aos agricultores com pequenas e médias explorações, opinião mantém-se exista ou não candidatura ao Plano Zonal

Verifica-se que contrariamente aos agricultores das grandes explorações, são os das pequenas explorações que nunca se ausentam para férias.

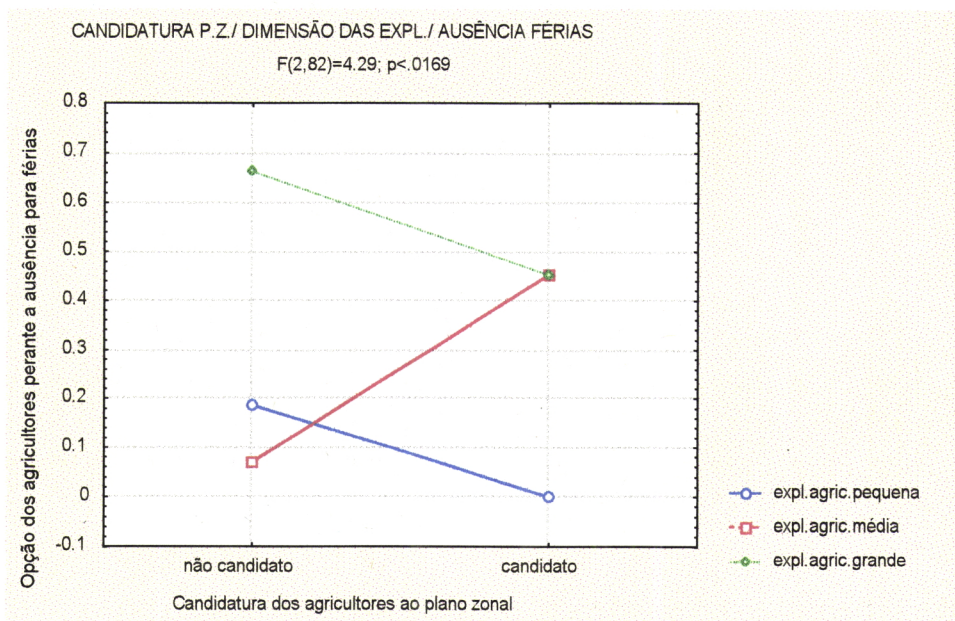


Figura 7.112- Relação entre a candidatura dos agricultores ao Plano Zonal, a dimensão das suas explorações agrícolas e a sua opção perante a ausência para férias.

(A classificação apresentada em ordenadas corresponde: 0 - não se ausenta e 1- ausenta-se)

Estes factos poderão provavelmente ter origem em razões económicas (pois aqueles que têm explorações maiores devem provavelmente encontrar-se numa situação económica mais favorável) ou então numa simples modificação de mentalidades, principalmente daqueles que possuem explorações médias. A sua receptividade perante a candidatura ao Plano Zonal, também poderá estar associada, a uma alteração da sua postura face à sua actividade, fazendo com que sintam necessidade de arranjar condições para se ausentarem de férias.

Uma análise de variância idêntica às anteriores, foi efectuada em relação à existência de olivais nas explorações agrícolas .Os resultados demonstraram um efeito significativo da candidatura dos agricultores ao Plano Zonal, $F(1,82) = 6.25$; $p < 0.001$.

Verifica-se que são os agricultores que se candidataram ao Plano Zonal aqueles que possuem maior tendência a manter os olivais nas suas explorações.

Estes resultados não são, facilmente explicados, pois o Plano Zonal não faz qualquer referência aos olivais e a situação não parece ser suficientemente significativa para se considerar que é uma prova de que estes estão mais ligados à terra.

7.5.3. ANÁLISE DE VARIÂNCIA DE OUTRAS VARIÁVEIS

Pareceu-nos interessante analisar, se a opção dos agricultores em relação à existência de horta nas suas explorações agrícolas, apresenta diferenças em relação à residência destes nos “montes” e/ou à localização das explorações nas várias Freguesias do Concelho de Castro Verde.

Para isso agrupámos os agricultores em dois grupos de acordo com a sua residência ou não no “monte” e constituímos cinco grupos de acordo com a localização das explorações nas cinco freguesias.

Efectuámos então análises de variância a dois factores, 2 (residência no monte) x 5 (localização das explorações na Freguesias do Concelho de Castro Verde).

Os resultados demonstraram a existência de um efeito significativo da residência dos agricultores no “monte” relativamente à sua opção face à existência de horta, $F(1,79)=4.03; p<0.04$.

Verificámos que existe uma diferença significativa na opção dos agricultores, quando residem ou não no monte, em relação à existência de horta nas suas explorações. Aqueles que vivem nos “montes” possuem tendência para se dedicarem a este espaço da sua exploração, enquanto os outros não o possuem.

Este facto talvez possa ser explicado pelo gosto que têm em trabalhar a terra e produzir alimentos para consumo da família, aliado ao facto de se encontrarem distantes da vila. O que poderá ainda significar que a ligação à terra é mais forte entre os agricultores que vivem nos “montes”.

Análises de variância idênticas foram realizadas em relação: ao número de horas que trabalham diariamente; à opção em relação a ausentarem-se para férias; à opinião dos agricultores em relação à comparação da sua vida actual com a de antigamente e à percepção dos agricultores em relação à dificuldade de os outros, saírem da região se o futuro da agricultura não for prometedora.

Os resultados apenas demonstraram um efeito significativo da residência dos agricultores no “monte”, em relação ao número de horas de trabalho diário, $F(1,77)=3.71; p<0.005$.

Verificámos que são aqueles que vivem nos “montes”, que dedicam mais horas diárias à sua exploração do que os que aí não vivem. Este facto poderá ser explicado através de algumas das razões apontadas pelos agricultores para viverem naqueles locais: “*estamos sempre em cima do acontecimento*” o que poderá indicar, mais uma vez, uma ligação à terra mais intensa entre, aqueles que vivem nos “montes”.

Analisar a opção dos agricultores relativamente à existência de olival nas suas explorações, apresenta diferenciações em relação à idade e/ou à residência destes nos “montes”, pareceu-nos interessante de averiguar.

Para isso agrupámos os agricultores em três grupos etários de acordo com a sua idade reagrupámo-los em 2 grupos de acordo com a residência ou não destes nos montes.

Efectuámos então uma análise de variância a dois factores, 3 (idade dos agricultores) x 2 (residência no “monte”). Os resultados demonstraram a existência de um efeito significativo da idade, $F(2,82) = 3.13$; $p < 0.04$ e de uma interação significativa destas duas variáveis, $F(2,82) = 3.57$; $p < 0.03$.

Verificámos (figura 7.113) que existe uma diferença significativa entre a opção dos agricultores de idade mais avançada e a dos mais jovens, em relação à existência de olival nas suas explorações.

Verifica-se que os mais novos têm tendência para não ter olival nas suas explorações, contrariamente aos de idade mais avançada.

Este facto deve provavelmente estar associado à fraca importância económica daqueles olivais que geralmente são de pequena dimensão e à dificuldade em encontrar quem saiba limpar as árvores ou queira apanhar a azeitona.

Por outro lado não parece constituir impedimento para os agricultores do grupo etário mais avançado, a manutenção dos seus olivais para produção de azeite para consumo da casa. Factos que também poderão ser interpretados por uma ligação mais forte à terra entre os agricultores de idade mais avançada, do que entre os mais jovens.

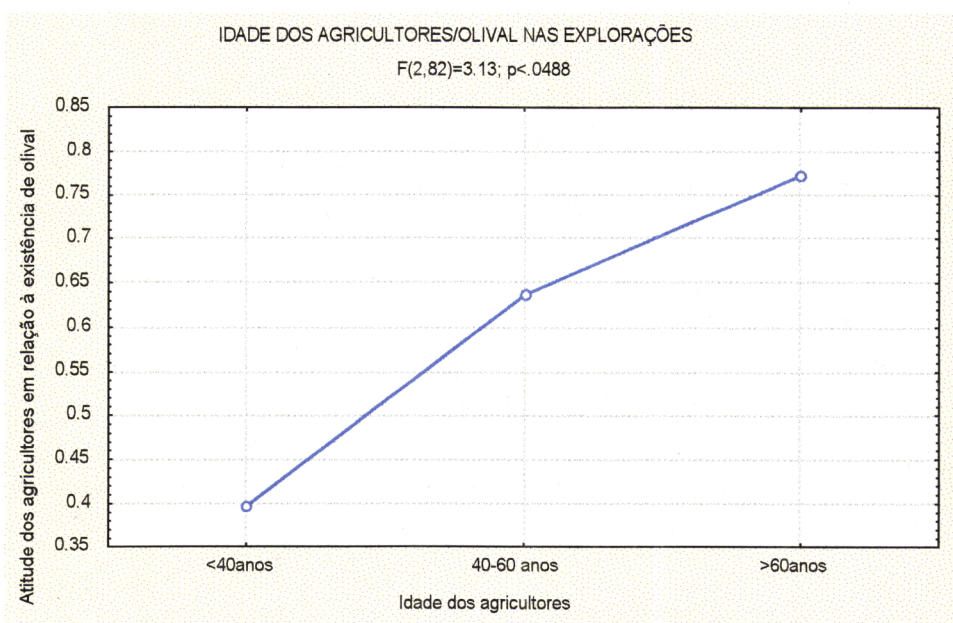


Figura 7.113 - Relação entre a idade dos agricultores e a sua opção quanto à existência de olival nas suas explorações.

(A classificação apresentada em ordenadas corresponde: 0 - não existe e 1-existe)

Verificámos ainda, que existe uma diferença significativa entre os agricultores dos grupos etários mais avançados e os do grupo etário mais jovem, quando residem ou não no “monte” (figura 7.114).

Os mais jovens quando residem no “monte” têm tendência a não ter olival nas suas explorações, enquanto que os do grupo etário mais avançado possuem todos olival. Porém quando os agricultores dos diferentes grupos etários não residem no “monte”, a tendência para ter olival nas suas explorações parece ser intermédia e é muito semelhante para qualquer dos grupos etários .

Estes factos podem ser provavelmente interpretados pela maior dedicação e ligação mais forte à terra dos agricultores com idade mais avançada que residem nos “montes”.

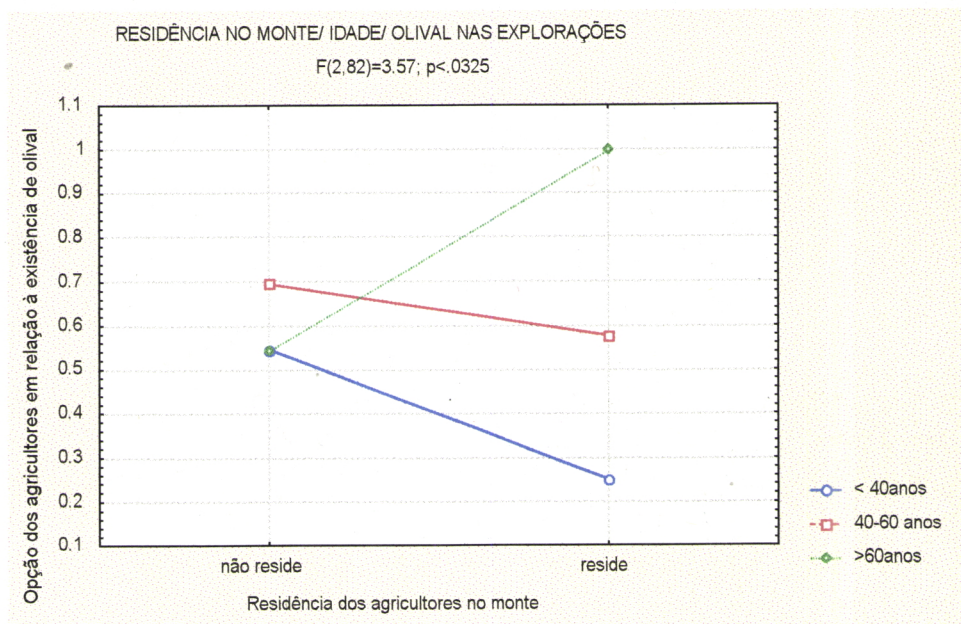


Figura 7.114 - Relação entre a residência dos agricultores no monte, a sua idade e a sua opção perante a existência de olival nas suas explorações.

(A classificação apresentada em ordenadas corresponde: 0 - não existe e 1-existe)

Uma análise de variância idêntica foi realizada em relação à opinião dos agricultores face à importância em viverem nos “montes”, $F(2,74) = 3.41$; $p < 0.03$ e em relação à sua percepção quanto à dificuldade com que os agricultores sairão da região se o futuro da agricultura não for promissor $F(2,73) = 3.34$; $p < 0.04$. Os resultados revelaram-se significativos havendo, para ambas as situações, um efeito significativo da idade dos agricultores.

Verificámos que (figura 7.115) existe uma diferença significativa entre os agricultores do grupo etário dos 40 aos 60 anos de idade e os dos grupos etários mais avançado e mais jovem, quanto à opinião relativamente à importância de se residir no “monte”.

Para os agricultores mais jovens e para os mais idosos, viver no “monte” parece ser muito importante, enquanto que para os de idade intermédia parece ser menos importante.

Estes resultados porém, não são facilmente explicados.

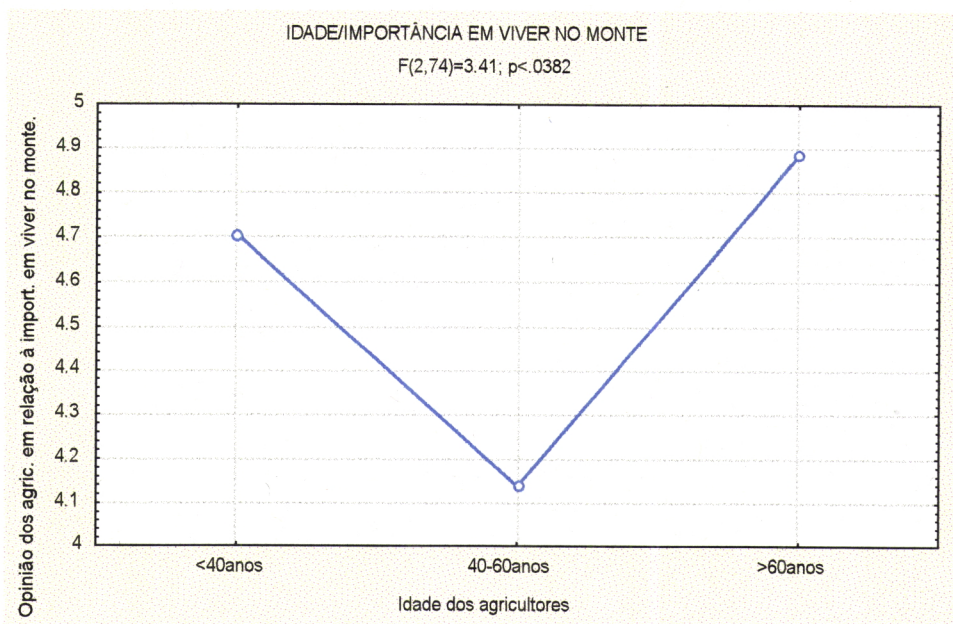


Figura 7.115 - Relação entre a idade dos agricultores e a sua opção em relação à importância em viver no monte.

(A classificação apresentada em ordenadas corresponde as posições expressas pelos indivíduos: 1- Sem importância; 2-Pouca importância; 3-Importância intermédia; 4- Importante; 5- Muito importante)

No que se refere à percepção dos agricultores dos diferentes grupos etários, em relação à dificuldade com que os outros sairão da região, se o futuro da agricultura não for promissor, verificamos (figura 7.116) que existe uma diferença significativa entre os

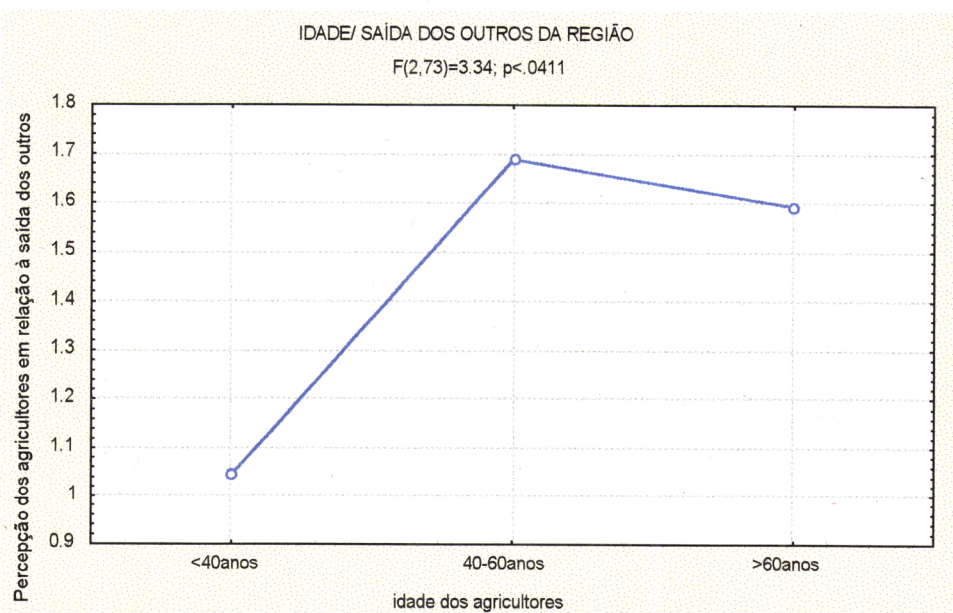


Figura 7.116 - Relação entre a idade dos agricultores e a sua percepção em relação à dificuldade com que os outros sairão do concelho se o futuro da agricultura não for promissor

(A classificação apresentada em ordenadas corresponde as posições expressas pelos indivíduos: 1 - Muito difícil ; 2 - Difícil; 3 - Dificuldade intermédia; 4 - Fácil; 5 - Muito Fácil)

agricultores mais jovens e os dos restantes grupos etários. Estes consideram que os outros sairão da região com muita dificuldade, enquanto para os agricultores dos outros

grupos etários o grau de dificuldade não parece ser tão elevado. Estes resultados não são facilmente explicados.

7.5.4. CONCLUSÕES

Segundo Feio (1970) desde início da década de 60 que se tem verificado, sobretudo no Alentejo, uma acentuada evolução da agricultura, determinada pela mecanização da lavoura que é favorecida pela existência de um relevo pouco acentuado e por um regime de grande propriedade. Esta evolução foi acompanhada por uma melhoria do nível de vida e pelo progresso técnico que contribuíram para uma alteração das *“mentalidades e para o empobrecimento social do mundo rural”*, pois:

- a maior parte dos lavradores abandonaram o campo e optaram por viver nas povoações. O automóvel facilitou as deslocações destes indivíduos até aos locais de trabalho e tornou mais vantajoso residir-se numa povoação, onde se tem acesso a melhores condições de vida (escolas para as crianças, assistência médica, facilidade em fazer compras, etc.);
- antigamente o agricultor *“auto-abastecia-se”* e tinha quase tudo o que necessitava: desde as sementes, ao gado de trabalho, às rações, aos carros e aos arados; aos próprios alimentos, que cultivava, criava e consumia e que ainda faziam parte do salário dos seus empregados sobre a forma de *“comedurias”*;
- actualmente compra-se quase tudo, desde as máquinas, às sementes, aos produtos químicos, como em relação à própria alimentação que é mais variada;
- desapareceu a mentalidade patriarcal característica dos antigos patrões e dos próprios trabalhadores rurais que devido à existência de grandes dificuldades materiais e ao aumento do desemprego nas décadas de 40 e 50 foram reivindicar as 8 horas de trabalho diário e estes passaram a ter melhores níveis de vida. Esta *“abertura de espírito”* favoreceu a emigração da população rural e o despovoamento de algumas regiões;
- as novidades passaram a ser encaradas, com interesse mas desconfiança, muitas culturas foram experimentadas e quando se obtiveram bons resultados económicos, difundiram-se rapidamente.

Mudanças que segundo o autor, estão relacionadas com uma alteração na atitude de dependência do agricultor em relação à terra e que revela que o agricultor não é tão rotineiro como habitualmente se considera. O que nos permite perceber, algumas das razões apontadas para as actuais opiniões de muitos agricultores no que se refere: à residência nos *“montes”*; à manutenção das hortas ou ao nível de vida. E verificar que têm razão.

Nos tempos actuais, quando se está habituado ao conforto das casas da vila, torna-se difícil residir no *“monte”*, ainda que para a maioria dos agricultores, por motivos

profissionais seja de grande importância viver aí, por permitir uma maior assistência à exploração. A falta de condições, os maus acessos, o estado degradado das habitações, associado à solidão e isolamento em que se vive, constituem os principais factores que contribuem para que pouco mais de metade destes indivíduos tenham optado por residir no “monte”. E para que a maioria dos empregados agrícolas encontrem razões para não se sujeitar a viver lá.

No entanto aqueles que vivem nos “montes”, gostam de aí viver ou porque criaram condições para residir ou porque têm menos exigências, pois nunca viveram noutra sítio e aí nasceram e cresceram. Encontram nesta opção de vida uma forma de estarem presentes sempre que surgem problemas nas suas explorações, a qualquer hora do dia ou da noite.

Quase todos os agricultores consideram de grande importância que os empregados rurais vivam nos “montes”, pela oportunidade em se dedicarem à sua actividade e de conhecerem e “*ganharem gosto*” pela exploração.

É curioso verificar que para alguns daqueles que residem no “monte” encontram uma forma de diminuir a solidão, quando os empregados optam por aí também viver. Enquanto outros preferem manter-se no “monte” à sua vontade, sem empregados e sem encargos.

Verifica-se porém, que quanto maiores são as explorações maior é a tendência para que os empregados residam no “monte”, pois nestas aumenta a necessidade de assistência devido fundamentalmente, a um maior número de efectivos pecuários, mas também devido a uma maior disponibilidade económica do agricultor para manter estes empregados.

Em tempos, nas explorações agrícolas, as hortas eram espaços aprazíveis e sinal de fartura, geralmente ficavam situadas em courelas de terra de melhor qualidade e perto de linhas de água, para facilitar a rega. Actualmente grande parte das hortas está abandonada, já não há tempo para dedicar aquele pedaço de terra e muitas vezes economicamente não se justifica, pois a água não abunda na região e é necessário um motor para regar e combustível para o fazer funcionar. No entanto a maioria dos agricultores ainda mantém as suas hortas, onde se produzem alguns alimentos para consumo da família.

São aqueles que vivem nos “montes” os que têm mais tendência para manter estes pedaços de terra. A distância à vila, os maus acessos, mas também o gosto que possuem em trabalhar a terra, serão provavelmente algumas das explicações para esta opção.

Os olivais geralmente antigos e de pequenas dimensões, tanto se localizam nas hortas, como em cercas, próximas dos montes.

A maioria dos agricultores ainda mantém estes espaços nas suas propriedades, embora tenham fraca importância económica, pois o azeite que se produz serve apenas para consumo da família do lavrador, sendo reduzido o número de indivíduos que se candidatam ao subsídio comunitário atribuído ao azeite (comunicação oral de um funcionário da Associação de Agricultores do Campo Branco).

Nos dias de hoje é difícil manter estes espaços, pois não se encontra pessoal que saiba e queira limpar as árvores e torna-se dispendioso pagar a quem queira apanhar azeitona. Por estas razões há quem abandone os olivais, deixando cair a azeitona, não as apanhando ou até mesmo quem opte por os arrancar, quando já estão muito velhos.

No entanto, verifica-se que são os indivíduos mais idosos quando residem nos “montes” que têm tendência a manter estes espaços, aos quais atribuem alguma importância económica pela produção de azeite para consumo da família.

Feio (1970) parece estar de acordo com a opinião destes indivíduos, ao considerar que o olival perdeu parte da sua importância económica. Acredita que esta situação terá tendência para se agravar no futuro. Atribui este facto ao aumento do custo da colheita da azeitona que exige muita mão de obra, havendo falta de empregados rurais e os seus salários serem relativamente elevados.

À mecanização da lavoura e a melhoria qualitativa do nível de vida tendo como base a atribuição de subsídios comunitários são para a maioria dos indivíduos as principais razões apontadas ao considerar que actualmente a vida do agricultor é melhor que no passado. No entanto há quem tenha uma opinião contrária e considere que actualmente a vida do lavrador tem aspectos em que está pior, pois:

- este tem necessidade de trabalhar muito mais na sua propriedade que os seus antepassados, sendo dispendioso contratar pessoal e difícil encontrar quem queira e saiba trabalhar na lavoura;
- a competitividade dificulta a comercialização de produtos e torna a actividade agrícola muito incerta.

Curiosamente verifica-se que uma minoria é da opinião que actualmente a vida do agricultor é apenas diferente, baseia-se na importância de numa nova visão em relação à sua actividade, de forma a que saiba gerir convenientemente a sua exploração e na importância de uma atitude dinâmica ao nível da informação e do conhecimento de assuntos relacionados com a agricultura.

Segundo Matos (1993) parece que esta minoria tem uma opinião acertada pois o agricultor alentejano nunca se preocupou com a comercialização dos produtos, uma vez que o Estado garantia a compra dos cereais a preço tabelado. Actualmente a situação modificou-se devido à Reforma da Política Agrícola Comum e ao Mercado Único, tornando-se fundamental que os agricultores se preocupem com a comercialização dos seus produtos e que estejam informados sobre a evolução dos mercados, a qualidade dos produtos, etc.

Na maioria dos casos, os agricultores sentem-se profissionalmente realizados e dedicam-se exclusivamente à sua actividade, trabalhando diariamente por vezes mais de 12 horas, devido à permanente necessidade de dar assistência ao gado. No entanto verifica-se que o número de horas diárias de trabalho varia sazonalmente e depende das condições climáticas, trabalhando-se por vezes de sol a sol, noutras ocasiões algumas horas e em certos dias não é possível trabalhar.

São os indivíduos que vivem nos “montes” aqueles que dedicam mais horas às suas propriedades, pois segundo afirmam: *“estão sempre em cima do acontecimento a qualquer hora do dia ou da noite”*.

A realização profissional de grande parte destes indivíduos está relacionada com a possibilidade de darem continuidade a uma actividade que é tradicional na família e na região e que se acentua, devido ao facto de terem nascido e crescido no campo.

No entanto há quem esteja um pouco decepcionado e preocupado, pois considera que actualmente a actividade agrícola é ingrata e sem futuro, o que contribui para que manifeste alguma frustração a nível profissional.

Este facto está relacionado com alguns dos problemas que foram debatidos no III Congresso de Agricultura Alentejana que se relacionam com os cereais, a pecuária extensiva, a comercialização e o financiamento da agricultura. O que nos revela que a preocupação e a insegurança em relação ao futuro da agricultura parece também afectar os agricultores das restantes regiões do Alentejo (Miguel, 1997).

No que se refere à ajuda cofinanciada aos cereais foi referido naquele congresso que: *“actualmente esta ainda representa cerca de 30% do rendimento bruto dos cereais do Alentejo e que certamente mais de 100% do seu rendimento líquido”* e que a sua prevista suspensão representa o fim da agricultura alentejana e é responsável pela instabilidade crescente dos agricultores. Pediu-se um esclarecimento ao governo sobre esta situação e insistiu-se para que esta fosse mantida aos níveis actuais. Este representado pelo Ministro da Agricultura confirmou o fim da atribuição destas ajudas comunitárias para o ano 2002 e informou que se estão a fazer esforços para que estes sejam prorrogadas por mais tempo (Miguel, 1997). O que nos permite compreender a preocupação dos agricultores em relação ao futuro dos subsídios comunitários.

A dedicação destes homens à sua actividade também se revela no facto da maioria não se ausentar para férias, pois as explorações não podem ficar abandonadas, sendo fundamental o acompanhamento diário dos trabalhos, principalmente no que se refere à pecuária. Os poucos que se afastam por uns dias, são aqueles que têm familiares que os podem substituir ou que têm explorações maiores e possibilidades económicas para manter empregados que se responsabilizam pela propriedade durante a sua ausência.

No entanto quase todos sentem que a sociedade não lhes dá a importância que mereciam pelo facto de:

- não haver consciência do papel fundamental do agricultor na produção de alimentos;
- a atribuição de subsídios financeiros à lavoura contribuir para que se sintam desprezados e odiados;
- verem nestes apoios financeiros uma *“esmola”* e em todo o processo burocrático a estes associado, uma falta de consideração e respeito, face às fracas habilitações que possuem;

- por as entidades governamentais não se preocuparem com a resolução dos problemas da agricultura.

Carvalho *et al.* (1995) reconhecem que as regiões do interior de Portugal, onde se inclui esta zona do Baixo Alentejo, têm partilhado nos últimos decénios de “*uma perda significativa da importância social e económica devido a uma evolução desfavorável da sua economia, demografia e condições de vida*”. O que parece por um lado estar de acordo com a opinião dos agricultores em relação ao menosprezo que a sociedade lhes atribui, mas que parece contrariar a opinião destes no que se refere às suas condições de vida.

São poucos os agricultores que consideram a paisagem desta região feia devido à falta de árvores que no Verão faz com que se assemelhe a um deserto. Porém o facto de esta ser resultado da actividade agrícola, ao longo dos anos, talvez seja a razão para que indirectamente :

- a maioria dos indivíduos a considere bonita principalmente na Primavera, quando os campos estão verdejantes e tudo está em fase de desenvolvimento;
- alguns se identifiquem com esta paisagem, pois nasceram e cresceram na região;
- esta os influencia e lhes transmite “*algo melhor*”.

Podemos talvez entender que a percepção que estes têm da beleza da paisagem deverá estar relacionada com o amor que sentem pela própria exploração e que é precisamente na Primavera que começam a ver os campos verdejantes, ou seja o resultado do seu trabalho.

Com a reforma da PAC, reconhece-se a “*multifuncionalidade*” da agricultura, atribuindo-se importância a outras funções sociais tão relevantes como a produção de alimentos, que contribuem para a conservação do ambiente e da paisagem tradicional (Matos, 1993).

No entanto, esta visão do sector agrícola não parece ser assumida nem compreendida pelos agricultores. Estes não vêm na “*prestação de serviços ambientais*” um papel relevante para a sociedade, tão importante ou comparável com a produção de alimentos. Não estão adaptados à filosofia da reforma da PAC que lhes reconhece a necessidade e direito de remuneração por este serviço (Matos, 1993).

Por outro lado seria fundamental e estimulante para o agricultor que a sociedade lhe reconhecesse e apoiasse esta função (Alves *et al.* 1995).

A atitude dos agricultores em relação à paisagem permite-nos perceber que têm interiorizado na beleza desta a importância e o gosto pela sua actividade e a força da sua ligação à terra, embora não valorizem a importância do seu papel na conservação dessa paisagem. O que nos permite compreender que para estes indivíduos “*o actual valor da paisagem rural equivale em grande parte a um antigo valor produtivo da terra*” (Carvalho *et al.*, 1995) ao qual estes ainda dão importância, mas que foi profundamente

alterado com a Reforma da PAC e que mais uma vez nos indica que estes não compreendem a filosofia e os objectivos daquela reforma.

Matos (1993) concorda com a opinião do economista J. K. Galbraith quando este numa entrevista ao Jornal Expresso afirma que a agricultura é como o próprio nome indica “*um acto de cultura*”, estreitamente ligado com a identidade cultural, social e paisagística de cada região. E que de acordo com o analisado parece também corresponder às razões apontadas para a realização profissional da maioria dos indivíduos e permite perceber porque se consideram muito ligados à terra. Pois segundo afirmam: “*nasceram e cresceram ligados a esta e é dela que sai o seu sustento*” e “*a terra é algo produtivo, é um bem com valor*”.

Este sentimento de amor à terra é reforçado, quando consideram a lavoura “*um vício*” ou “*uma doença*” que mesmo com as contrariedades do clima, não os deixa abandonar a terra, pelo gosto em “*criar e ver crescer*”. E que os faz trabalhar de manhã à noite, sem fins de semana, férias ou feriados, sempre na esperança de um ano melhor. Mas que por outro lado faz pensar que a ligação à terra se poderá também misturar com o amor do agricultor à própria exploração e a uma “*terra*” que é dele. Facto que talvez esteja relacionado com a noção de posse da terra e a importância que lhe é atribuída.

O facto de estes agricultores terem vivido nesta região e de a maior parte se sentir velho, cansado e com poucas habilitações, mas muito “*enraizado*” na lavoura (não conhecendo outro ofício) e com grande amor à terra, faz com que a maioria destes indivíduos sinta grande resistência em sair da região, se no futuro a actividade agrícola não for economicamente viável. E contribui para que considerem que os outros lavradores também terão dificuldade em procurar outro local para viver.

Apenas os agricultores mais jovens acreditam que se tal acontecer, terão de encontrar soluções e alterar as suas vidas, pois têm uma família para sustentar. No entanto consideram que as fracas habilitações que possuem não lhes dão grandes alternativas profissionais.

A maioria dos indivíduos acredita que existem poucos jovens agricultores e que estes estão pouco ligados à terra, pois a vida na lavoura é dura e a instabilidade da actividade agro-pecuária tem-se agravado nos últimos tempos. Consideram no entanto excepções, casos em que estes jovens nasceram e cresceram “*nesta vida*” e que seguem os passos de seus pais.

Alguns ainda chegam a afirmar que existem agricultores que só estão ligados à terra pelos subsídios comunitários que recebem. Neste caso a ligação à terra poderá ser interpretada como uma ligação à exploração e aos rendimentos que esta permite.

Os agricultores do Concelho consideram-se desunidos, individualistas e desconfiados. Facto que poderá estar relacionado com o isolamento em que vivem nos “*montes*” e com o facto da sua actividade ser muito solitária e dependente do meio natural, com o qual contactam no dia a dia, mas que também é muito dependente da instabilidade do clima.

A Reforma da Política Agrícola Comunitária parece transmitir-lhes alguma insegurança e contribuir para um incremento da sua desconfiança em relação aos outros, no que se

refere principalmente à existência de subsídios financeiros, ao relacionamento com os técnicos agrícolas, mas também em relação aos outros agricultores.

Por outro lado a desunião entre os agricultores, manifesta-se na dificuldade que têm em se reunir, discutir e apresentar as suas ideias na Associação de Agricultores. No entanto nos momentos de aflição são unidos e ajudam-se uns aos outros.

A teimosia, persistência e empenhamento são outros dos seus atributos que se relacionam com a insegurança da sua actividade em relação ao clima e com o facto de sentirem uma ligação muito forte em relação à sua terra pobre que os faz ter sempre esperança num ano melhor.

O amor à terra, pode também tomar formas sentimentais de ligação “*a tal terra particular*”, nomeadamente a dos antepassados, que cultivada de geração em geração, simboliza o valor fundamental da “*continuidade familiar*” para a sociedade camponesa (Collin, 1976).

Certos lugares representam para o indivíduo uma forte ligação psicológica denominada por “*enraizamento*” que poderá ser entendido como um factor de identidade resultante da interligação entre as vivências pessoais e as aquisições culturais, através de um processo psicológico que faz do espaço um valor ligado ao indivíduo, de forma que a “*identidade pessoal se exprime em termos da identidade com o lugar*” (Proshank, 1970 in Fisher, 1994).

Tanto o amor à terra como o enraizamento são estados psicológicos que se confundem e misturam e que são evidentes nas percepções e opiniões destes agricultores em relação a cada uma das situações analisadas. E mostram a identificação destes com o espaço onde vivem e exercem a sua actividade, que se evidencia através da unidade constituída por: “*a paisagem - o clima - os solos - a exploração - a actividade agro-pecuária.*”

No entanto estes sentimentos de ligação à terra poderão estar relacionados com as exigências do progresso técnico e do mercado económico (Collin, 1976). Em relação a este aspecto o amor à terra e o enraizamento, parecem perturbados pela filosofia da Reforma da PAC (1992), que não está a ser compreendida pelos agricultores, pois desincentiva a produção e atribui compensações monetárias, valorizando a importância deste na conservação da natureza e da paisagem rural.

Curiosamente parece que esta função tem acompanhado estes agricultores ao longo dos tempos e que estes têm consciência da sua importância. Não devemos esquecer que a paisagem é o resultado da sua actividade e que indirectamente simboliza valores relacionados com “*continuidade familiar*”, a tradição e a identidade pessoal e social destes indivíduos.

8. CONCLUSÕES FINAIS

Ao pretendermos, com este trabalho, compreender o modo como os agricultores vêm e compreendem o ambiente em que se inserem, não nos podemos alhear dos conhecimentos técnico-científicos. Só assim conseguimos, provavelmente analisar o grau de correcção de “visão”, destes indivíduos face ao ecossistema.

Verifica-se, em muitas situações, grande consistência entre o discurso dos técnicos e a visão dos agricultores. A mesma é reveladora, de que possuem conhecimentos acertados em relação a alguns aspectos do seu ambiente, principalmente no que se refere aos componentes biofísicos que condicionam intensamente a actividade dos agricultores deste Concelho. Noutros aspectos (principalmente no que se refere às componentes económico-sociais do ecossistema) a visão e a percepção destes indivíduos é algo contraditória, tanto entre técnicos, como entre agricultores, quer entre ambos. E, por vezes, tão diferente, que se pode considerar complementar.

Tais análises e interpretações, foram por esta razão difíceis de realizar. O ambiente natural é já em si bastante complexo, pelo que compreender as atitudes e percepções dos indivíduos e detectar consistências e contradições nos seus discursos, face aquele, torna-se ainda mais complicado. Com a agravante de que condicionalismos sócio-económicos externos, a este ecossistema, interferem nestas visões.

Talvez por esta razão, as conclusões finais sejam algo confusas e por vezes até incompletas, a que se deve também o facto de determinados aspectos terem sido analisados ou apenas por técnicos ou apenas por agricultores ou segundo perspectivas muito diferentes.

Deste modo as conclusões são apresentadas, tal como se fez anteriormente, separadamente em relação a cada um dos componentes biofísicos e sócio-económicos deste ecossistema.

• O Clima

A preocupação com o clima, não é apenas um facto quotidiano na vida dos agricultores do Concelho de Castro Verde, é uma condicionante da sua actividade, pela incerteza e desvantagens que apresenta para a lavoura.

Atribuem, mais significado à irregularidade da Primavera e do Inverno, do que à má distribuição das chuvas que segundo os técnicos é a razão que torna este clima tão ingrato para a agricultura.

A ocorrência de modificações climáticas, têm sido percebida pelos agricultores, principalmente nas estações do ano anteriormente referidas, no sentido de um aumento das temperaturas. No que se refere às precipitações, salientam uma sua diminuição durante a Primavera, quanto ao Inverno as opiniões divergem.

Os técnicos confirmam a existência de alterações climáticas nestas estações do ano, no entanto, alguns também consideram que as secas e os excessos de água, são fenómenos cíclicos que ocorrem periodicamente. O que poderá, provavelmente, explicar a divergência de opiniões dos agricultores, em relação à variação das precipitações no Inverno.

- **Os Solos**

Os solos do Concelho de Castro Verde, são considerados pelos agricultores, um dos factores, embora menos relevante que o clima que condiciona a sua actividade. São caracterizados como: pobres, delgados, planos, pedregosos e considerados como solos com fraca aptidão agrícola.

Características, que segundo os agricultores, os tornam inadequados para: o regadio, a cultura do girassol, a instalação de olivais (com alguma importância económica) ou até mesmo, para qualquer outro tipo de florestação.

No entanto, alguns indivíduos assinalam a existência de “*pedaços de terra boa*”, dispersos pelo Concelho, com alguma aptidão agrícola e conhecidos como “*barrinhos de Castro Verde*”.

A fraca qualidade e a baixa produtividade destes solos, segundo os agricultores, determinam a existência, nesta região, de um sistema de rotação de culturas e da complementariedade entre a agricultura e a pecuária.

Os técnicos atribuem a estes solos uma caracterização idêntica, embora revelem mais importância que os agricultores, em relação à fraca capacidade de drenagem, do que à ocorrência de pedras.

- **Utilização do solo**

Os elevados riscos de erosão e a baixa capacidades de uso agrícola que caracterizam os solos deste Concelho, associados às características climáticas são a causa da existência de uma agricultura pouco rentável que recorre à actividade pecuária como forma de complementar o seu rendimento.

Entre os agricultores, a rotação de culturas é frequentemente designada por “*afolhamento*”, pois dividem as suas propriedades em folhas ou parcelas, de forma a que a sua exploração possua áreas cultivadas ocupadas por cereais e áreas não cultivadas que ficam de pousio ou de alqueive.

Este afolhamento, apresenta algumas variantes que dependem do número de anos que as terras ficam de pousio e das variedades de cereais cultivados, nas diferentes “*folhas*”.

No entanto, optam na maior parte dos casos por dividir as suas terras em quatro ou cinco folhas que ocupam respectivamente com: alqueive - trigo - aveia e/ou cevada - pousio (um ou dois anos). O que não impede que alguns optem por um prolongamento dos anos de pousio, quando atribuem maior importância à actividade pecuária ou contrariamente, em raros casos, não o realizem, por valorizarem a cerealicultura.

Esta forma de usar o solo, segundo os agricultores, pela existência de pousios, proporciona algum descanso às terras pobres e evita a utilização de grandes quantidades de adubos. E poderá talvez ser entendida como um processo indirecto, de controle da fertilidade dos solos que revela um conhecimento rigoroso e consciente dos mesmos.

No que se refere às práticas agrícolas e aos serviços complementares da lavoura, nomeadamente o alqueive e as queimadas, são efectuados por quase todos os agricultores. No entanto verifica-se, por vezes, alterações nos seus comportamentos, relacionadas com a instabilidade actual da cultura do trigo e na opção que alguns tiveram em intensificar a pecuária nas suas propriedades.

Assim os alqueives efectuavam-se em Janeiro e actualmente realizam-se mais tarde, em Fevereiro ou Março, para que as pastagens possam ser mais aproveitadas pelo gado. Ocorrendo casos em que os agricultores abandonaram esta prática agrícola, pois deixaram de cultivar o trigo, razão fundamental a que se destinava. Enquanto os que deixaram de efectuar queimadas consideram que permite que o gado aproveite melhor os restolhos das searas.

Os técnicos estão de acordo com os agricultores, quando salientam que o alqueive é um mal necessário para a produção de cereal para grão. No entanto consideram que é uma prática que contribui para uma aumento da erosão dos solos, sendo no entanto a sua acção reduzida quando se efectua mais tarde. O que nos revela que os que optaram por não realizar alqueive ou efectua-lo tardiamente, não estão conscientes da sua contribuição ao nível, de uma provável, diminuição da erosão dos solos.

Esta mudança dos comportamentos, ao nível da utilização dos solos apenas se poderá explicar, por razões que se prendem com os aspectos económicos e que estão associadas à desvalorização do trigo e à filosofia da reforma da PAC.

No que se refere às queimadas, nem todos os agricultores têm a noção que são impróprias para estes solos, encontrando neste serviço da lavoura, apenas uma forma de *“desinfectar e trabalhar a terra”*. Surgem assim opiniões divergentes, que entre os técnicos também se verificam, pois vêm alguns aspectos positivos e outros negativos.

Verifica-se curiosamente que alguns agricultores pensam que os técnicos não aceitam a realização de queimadas, por serem demasiadamente teóricos, de facto tal não parece ser a realidade, pois estes partilham da mesma divergência de opinião. O que nos revela uma falta de diálogo, entre os agricultores e os técnicos.

Os agricultores consideram que a existência de alterações no sistema de rotação das culturas, não depende apenas das características dos solos, mas de um conjunto de condicionantes económico-sociais, representadas por momentos históricos da agricultura na região, no Alentejo e no país em geral, representados: pela Campanha do Trigo, a

Reforma Agrária de 1974, a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, a Política Agrícola Comum(PAC) e a recente reforma da PAC.

Poucos se recordam, do tipo de afolhamentos antes da Campanha do Trigo, mas têm a percepção de que este dependia, essencialmente, do modo como o agricultor conhecia as suas terras. Consideram que as variedades deste cereal eram diferentes, não se usavam adubos e os pousios eram mais longos (com sete ou oito anos).

Revelam que a Campanha do Trigo, a Reforma Agrária de 1974 e a Política Agrícola Comum, incentivaram a produção de cereais. E que este último marco histórico da agricultura, associado a uma forte mecanização das explorações agrícolas, esteve na origem da redução da duração dos pousios.

Os técnicos confirmam a existência de pousios mais curtos, a partir dos finais da década de oitenta, com a PAC, salientando as desvantajosas implicações desta alteração do uso do solo, ao nível da sua degradação.

Curiosamente, alguns agricultores, consideram o afolhamento, de há uns anos para cá, provavelmente desde a reforma da PAC, mais desequilibrado, “rígido” e menos dependente do modo como o agricultor conhece as suas terras.

Opinião, que poderá ser interpretada, devido à obrigatoriedade que têm em inscrever as parcelas das suas propriedades (parcelário) no Instituto de Garantia Agrícola (INGA), a fim de facilitar a esta entidade o controle das áreas cultivadas, para atribuição de apoios financeiros comunitários. A falta de informação e orientação técnica no campo, associada à ignorância destes agricultores, contribui para que tenham dificuldade em medir e indicar correctamente as áreas ocupadas pelas diferentes culturas. Assim, receando ser penalizados, facilitam uma situação exclusivamente burocrática, optando por semear toda a parcela com uma só cultura.

Na maioria das explorações agrícolas do Concelho de Castro Verde, os agricultores face às características do clima e dos solos, optaram pela complementariedade entre a cerealicultura e a pecuária, à excepção dos lavradores da Freguesia de Entradas que, em grande parte, se dedicam apenas às culturas cerealíferas. Na Freguesia de Santa Bárbara dos Padrões nota-se, inversamente, um predomínio da actividade pecuária.

Tais diferenças de comportamento dos agricultores, destas freguesias, podem ser, provavelmente, interpretadas devido há adaptação destes a diferenças nas características e declive dos solos.

Assim, enquanto na Freguesia de Entradas, predomina a planície típica, desarborizada, facilmente mecanizada que induz à intensificação dos cereais e á redução da actividade pecuária. A menor aptidão agrícola dos solos da Freguesia de Santa Bárbara dos Padrões, associada à presença de montado e de um terreno acidentado, dificultam a mecanização, encontrando os agricultores na pecuária uma forma de procurar um equilíbrio económico para as suas explorações.

Estas opções dos agricultores, tendem a provocar desequilíbrios nas suas explorações e revelam que ainda não fizeram uma análise à situação económica das explorações.

Assim, quem optou por intensificar os cereais e não tem gado, não dispense com um pastor e com a venda das palhas e dos restolhos, sempre disponibiliza algumas receitas. Tal situação revela que estes agricultores ainda acreditam na necessidade da intensificação dos cereais e não conhecem, nem compreendem a situação desajustada das suas explorações face à filosofia da reforma da PAC, nem à actual problemática económica dos cereais.

Em contrapartida o excesso de gado, associado a uma redução da área de cereais e a um aumento da área do pousio, noutras explorações do Concelho, provoca desequilíbrios ao nível da alimentação para o gado. O que actualmente ainda é colmatado pela compra do restolho das searas, principalmente aos agricultores de Entradas. Situação que resulta provavelmente, da influência que a atribuição de subsídios comunitários, tem na atitude e no comportamento dos agricultores. E que revela, tal como um dos técnicos referiu que os agricultores só vêm os benefícios económicos imediatos e não se preocupam em analisar o futuro.

No entanto, no que se refere às explorações agrícolas futuras, os agricultores continuam a considerar que a actividade agro-pecuária é a mais adaptada aos solos pobres e condições climáticas adversas, através de um sistema que é tradicional na região, com rotação das culturas cerealíferas, aproveitamento das palhas e dos restolhos para o gado, e com um aumento da duração do pousio, como pastagem e descanso das terras.

No entanto, entre os agricultores parece existir algum receio e pessimismo face ao futuro, pois consideram a sua actividade economicamente insegura e em risco de desaparecer, face à desvalorização do preço dos cereais e à quebra das ajudas cofinanciadas atribuídas ao trigo, perante a inexistência e desconhecimento de outras culturas alternativas para a região.

Muitos revelam um sentimento de insegurança, desilusão e revolta face à reforma da PAC, pois consideram que graças a esta, a agricultura tradicional tem os dias contados, pois a produção de cereais deixou de ser estimulante e pouco rentável para a lavoura nesta região. Posição que é também compreendida por alguns técnicos que consideram que a situação económica do trigo está a tornar-se lentamente insustentável.

Face a esta complexa situação, alguns agricultores consideram que se deve abandonar a cultura do trigo, tendo-se verificado, que, alguns já tomaram esta atitude. São no entanto os agricultores mais idosos que apresentam tendência para abandonar ou reduzir a área de trigo, nas suas explorações. O que talvez esteja associado, à experiência de muitos anos na lavoura e ao não acompanhamento evolutivo da mecanização das suas propriedades.

Os mais novos, pelo contrário, talvez se encontrem mais vocacionados para a mecanização e produção deste cereal, pois não têm outras alternativas, o PDM não permite florestar e não têm facilidade na compra de cotas para o gado.

Os agricultores com montado nas suas explorações, não lhe atribuem importância. Para uns já teve mais valor que se perdeu com a peste suína africana; outros acreditam que actualmente este tem benefícios para a pecuária, pelo ensombramento que proporciona

nos dias quentes de Verão ou pelo abrigo nos dias de tempestade; outros porém consideram-no um “empecilho” para as máquinas e não lhe atribuem qualquer valor.

Quem não tem montado nas suas propriedades, em grande parte considera que estes solos não apresentam características para serem arborizados.

Opinião que é partilhada por alguns dos técnicos, mas que não é consensual entre eles, pois parte destes acredita que já existiu montado nesta região e que terá sido arroteado durante a Campanha do Trigo.

Verifica-se que alguns agricultores reconhecem que estão impedidos de florestar, as suas propriedades, mas que não estão esclarecidos em relação à origem de tal impedimento. Referem-se erradamente ao Plano Zonal, quando o responsável pela situação é o Plano Director Municipal do Concelho.

Segundo os técnicos a única vantagem económica do montado, está nos subsídios concedidos aos agricultores, por um período de vinte anos e encontram-se revoltados por os agricultores deste Concelho estarem impedidos de florestar.

Curiosamente, os agricultores não manifestam um sentimento tão intenso, talvez porque a cerealicultura tenha sempre sido a actividade tradicional na região e porque conhecem bem os seus solos, não encontram provavelmente na florestação um equilíbrio entre esta possível ocupação do solo e as suas características.

• A Pecuária

O gado ovino é considerado, entre os agricultores, como o mais adaptado às características climáticas e edáficas do Concelho porque devido à sua rusticidade, aproveita melhor as pastagens e está mais adaptado aos terrenos planos e desarborizados.

Opinião que é partilhada pelos técnicos e que mais uma vez realça que os agricultores conhecem correctamente as características e limitações do ambiente onde vivem.

No entanto os agricultores salientam que embora seja o tipo de gado economicamente mais rentável, para a exploração agrícola, também é o que dá mais preocupações, pois necessita de assistência permanente, de um bom pastor, que actualmente é difícil de encontrar na região.

A “ovelha campaniça” em tempos abundante, é segundo alguns técnicos uma possível alternativa para a região, pois é mais rústica e o aproveitamento dos seus subprodutos poderá ser economicamente viável, uma vez que o Concelho está inserido na região demarcada do afamado queijo de Serpa. No entanto, apenas um referiu que é um gado com possível adaptação aos subsídios comunitários, no que se refere à manutenção de raças autóctones ameaçadas de extinção.

Verificou-se que, o Plano Zonal é a razão principal para as diferenças significativas do encabeçamento pecuário das explorações agrícolas deste Concelho, em virtude da existência de compromissos base, dos agricultores que a este aderem, que limita a quantidade de gado e área ocupada pelos cereais.

O que permite realçar a forte dependência entre as explorações que não aderiram ao Plano Zonal e cujos agricultores optaram por intensificar os cereais ou a pecuária.

Assim os agricultores que optaram por não aderir ao Plano Zonal, por possuírem nas suas explorações excesso de carga pecuária, têm comportamentos diferentes, em relação à utilização do solo, consoante o tipo de gado que têm em maior quantidade:

- no caso do gado bovino, intensificam os cereais para poderem ter palha de Inverno e restolho no Verão;
- no caso do gado ovino, reduzem a área de cereais, aumentam a área de pousio e compram “agostadoiro” a outros agricultores do Concelho.

Opções que, nos últimos tempos, têm sido economicamente favoráveis, face aos apoios financeiros atribuídos ao gado e aos cereais. Mas que serão provavelmente responsáveis, num futuro próximo, pelo desequilíbrio das explorações agrícolas, quando terminar a ajuda cofinanciada atribuída ao trigo, pois os agricultores sentirão necessidade em reduzir área de cereais e faltarão os restolhos no Verão e as palhas no Inverno, necessários à alimentação do gado.

A transumância segundo os agricultores, terá sido no passado fenómeno característico nesta região, sendo actualmente menos frequente, pois existe menos gado e os agricultores da Freguesia de Entradas, que só se dedicam à cerealicultura, vendem os seus restolhos.

Os técnicos no entanto acreditam que, embora menos frequente, ainda ocorre entre a zona do Campo Branco e os barros de Beja.

• **Conservação da natureza.**

A importância do papel do agricultor na Conservação da Natureza, parece ser assumida pela maioria destes indivíduos, tanto ao nível da protecção da aves, como ao nível da preservação da paisagem. Através da preocupação que revelam, em manter um sistema de rotação das culturas cerealíferas, já muito antigo na região, mas que é o único que permite uma relação de respeito com uma terra pobre e delgada e com um conjunto de aves que nela encontram espaço para viver. A existência do Plano Zonal na região, que incentiva a manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais devido à sua importância ao nível da preservação dos habitats da avifauna existente, parece de algum modo por vezes influenciar a atitude de alguns, em relação à preservação deste importante valor faunístico.

Verificamos que os agricultores se apercebem de duas situações opostas e complexas ao nível da conservação da natureza:

- a regressão da população de cortiçóis em tempos muito abundante na região e o aumento significativo da população de carraceiros que é considerado por alguns uma “praga”, devido há interferência prejudicial sobre o gado.

Percepções que permitem verificar que por vezes, ocorre concordância mas também discordância entre a opinião dos agricultores e alguns dos estudos científicos efectuados em relação a algumas espécies de aves.

Relativamente aos cortiçóis, tais estudos confirmam a opinião dos agricultores quando se referem há raridade desta ave, na área de estudo. Atribuem como principal causa para este acontecimento, a diminuição da área de cereais e o aumento dos incultos, assim como a utilização de adubos químicos. Enquanto os agricultores atribuem mais significado à caça furtiva.

No que se refere aos carraceiros, os técnicos confirmam a percepção dos agricultores, quando consideram que esta espécie se expandiu nas últimas décadas por todos os continentes, colonizando diversos habitats. Os conhecimentos sobre a ecologia alimentar desta espécie são escassos e pouco convergentes. Assinalam que noutras locais também foram atribuídas características negativas a estas aves, no que se refere ao envolvimento e propagação de doenças ao gado.

Tais estudos não são conclusivos e não permitem confirmar a opinião que os agricultores têm em relação ao carraceiro (garça-boieira).

As restantes aves, segundo os agricultores, não interferem na sua actividade, sendo considerados de insignificantes os prejuízos que causam na lavoura, pois consideram que são, actualmente, menos abundantes. Embora se verifique, alguma falta de consenso em relação à variação das populações de abetardas, sisões, tarambolas e águias caçadeiras.

Este facto, poderá indicar que, talvez, a percepção que os agricultores têm em relação às variações das diferentes populações, poderá estar relacionada com os prejuízos causados, nas suas searas, quando se referem aos hábitos alimentares, à base de cereais e à nidificação nas searas.

Factos que são confirmados pelos técnicos no que se refere ao habitat destas espécies de aves e que nos indicam a sua forte dependência das culturas cerealíferas.

O facto de alguns agricultores considerarem que estas aves também trazem benefícios para a lavoura, ao se alimentarem de insectos e roedores (o que é confirmado pelos técnicos), parece compensar os prejuízos causados.

Verifica-se grande consistência na opinião dos agricultores, em relação ao tipo de atitudes que consideram que contribuem para a preservação desta avifauna, no que se refere à manutenção das práticas agrícolas tradicionais. Daí que a maioria dos agricultores acredite que possuiu um papel importante na protecção das aves.

O que revela que talvez, tenham interiorizado a importância da sua actividade, ao longo dos anos, devido à dependência destas aves face à lavoura tradicional na região.

Nem todos os técnicos acreditam que a relação entre os lavradores e as aves é antiga e consciente. As opiniões entre os técnicos divergem quando alguns referem que a existência do Plano Zonal fomentou entre os agricultores a sensibilização e o interesse pela preservação destas aves, sendo por isso responsável pela alteração de alguns dos seus comportamentos face à utilização do solo.

Verificámos ainda que a candidatura ao Plano Zonal e a dimensão das explorações agrícolas influenciam a percepção dos agricultores face à variação da população de abetardas.

• O Plano Zonal

O facto de o Plano Zonal ser conhecido, entre os agricultores, como “*O Plano das Abetardas*”, indica que estes indivíduos parecem compreender uma das principais razões que levaram à sua aplicação nesta região: “*a preservação da avifauna estepária*”. Porém a compensação dos agricultores pelas perdas de rendimento, relacionadas com a preservação dessas aves, foram por alguns referidas, o que nos permite verificar, que estes indivíduos estão, correctamente, informados sobre os objectivos gerais deste plano.

O equilíbrio económico que o subsídio concedido pelo Plano Zonal proporciona às explorações é uma das principais razões apontadas, para a opção dos agricultores em se candidatarem ao Plano Zonal e segundo os técnicos é um dos aspectos positivos deste plano, que face à desconfiança dos agricultores contribuiu para a sua aceitação

Curiosamente, muito embora a importância da preservação das aves e do meio ambiente seja outro dos aspectos positivos referidos pelos agricultores, são poucos os que por esta razão se candidataram ao Plano Zonal.

Facto que segundo um dos técnicos, nos revela um sentido prático de sobrevivência e adaptação dos lavradores e que nos permite perceber porque razão a protecção das aves, não é a principal razão da sua opção ao se candidatarem ao Plano Zonal.

A localização das explorações agrícolas fora da área de aplicação do Plano Zonal e a falta de condições, para acesso a uma candidatura, são as principais razões apontadas, por aqueles que optaram em não aderir ao Plano Zonal. No entanto existem outras razões que foram referidas que coincidem com os aspectos negativos deste plano salientados pelos técnicos. Mas que revelam falta de consenso quer entre os técnicos quer entre alguns agricultores, tanto em relação aos compromissos do Plano Zonal, como em relação aos montantes dos apoios financeiros concedidos.

O excesso de área semeada é uma das principais justificações que os agricultores apresentam, para a reprovação das suas candidaturas ao Plano Zonal. Também se referem a casos pontuais, relacionados com: o excesso de efectivo pecuário, existência

de projectos para trevo subterrâneo, inexistência ou duração inferior a cinco anos dos contratos de cedência ou arrendamento. O que nos indica que provavelmente estes agricultores desconheciam algumas das condições de acesso ao Plano Zonal ou tentaram arriscar uma candidatura, mesmo sem reunirem todas as condições necessárias.

Verifica-se que a maioria dos agricultores tenciona recandidatar-se, após a conclusão dos cinco anos referentes ao primeiro contrato, ou candidatar-se no ano seguinte, nos casos de reprovação das suas candidaturas anteriores, pois pretendem remodelar as suas explorações, tanto ao nível da redução da área semeada, como do efectivo pecuário. Consideram que o subsídio atribuído justifica esta opção, sendo raros aqueles que revelam que uma nova candidatura, se justifica pela importância da preservação das aves que existem no Concelho.

Aqueles que não pretendem voltar a candidatar-se, consideram que as condições de acesso para beneficiar das ajudas do Plano Zonal obrigam a grandes alterações nas suas explorações que não se justificam economicamente, face aos subsídios concedidos.

Factos que nos revelam uma contradição e grande falta de consenso, entre estes indivíduos, face aos montantes atribuídos pelo Plano Zonal e nos reforça a ideia de que a preservação das aves não é a principal razão para a opção que fazem quando se candiditam, mas sim o montante dos subsídios concedidos.

São poucos os agricultores que com a candidatura ao Plano Zonal, consideram que alteram significativamente a estrutura das explorações, pelo facto de as suas terras sempre terem estado dimensionadas para o tipo de rotação proposto. No entanto grande parte dos agricultores acredita que esta candidatura implica modificações no uso do solo, fundamentalmente devido ao tipo de rotação proposto e em relação à redução da área de cereal.

Estes factos permitem-nos compreender, porque razão quase metade dos agricultores é da opinião que a opção por uma candidatura ao Plano Zonal, os faz sentir mais “presos”, ao terem de se comprometer, durante os cinco anos de contrato, a um conjunto de regras impostas pelos compromissos base, algumas delas referidas como alterações na utilização das terras e que uma minoria assinala como desvantagens deste plano.

Salientam que o Plano Zonal não atendeu à descida do preço e dos apoios financeiros atribuídos aos cereais, face aos custos de produção e às exigências dos compromissos e que já se começam a notar prejuízos em algumas explorações.

No que se refere à organização do Plano Zonal, os agricultores não possuem uma opinião consensual. Tanto a consideram boa, como excessivamente burocrática sem se preocuparem com a importância da informação junto dos agricultores. Revelam ainda a falta de pessoal técnico tanto na Associação de Agricultores como no controle dos trabalhos agrícolas e a inexistência de dinamismo na Estrutura Local de Apoio.

Existe um consenso entre a opinião dos agricultores e a dos técnicos no que se refere às propostas de alteração deste plano, nomeadamente em relação ao aumento e reajustamento dos montantes de apoio financeiro concedidos e à possibilidade de

instalação de pequenas manchas de floresta, os “*bosquetes*” que consideram fundamentais para a pecuária.

No entanto, verifica-se que os agricultores são mais críticos em relação ao Plano Zonal, pois salientam outras possíveis alterações (a antecipação da época da ceifa e da gadanha; o abandono da monda em faixas; o aumento da área semeada) e acrescentam que as entidades responsáveis por este plano deveriam preocupar-se com uma maior sensibilização dos agricultores em relação: à importância da sua actividade face à conservação da natureza, ao acompanhamento no campo, ao controle dos trabalhos da lavoura e diminuição dos aspectos burocráticos.

A diversidade de opiniões dos agricultores no que diz respeito ao futuro do Plano Zonal, é notória. E revela grande falta de consenso entre os indivíduos e algumas contradições nas suas opções e atitudes. Assim, os que prevêem um futuro bom, referem-se principalmente à importância da preservação da avifauna e acreditam no objectivo principal deste plano; outros, parecem indecisos, pois consideram que a vontade política e a forma como agricultores e técnicos entendem e respeitam Plano Zonal, são determinantes em relação ao futuro. Quem acredita que o futuro será mau, considera que o plano não terá continuidade se terminarem os subsídios comunitários.

Estas opiniões apresentam alguma relação com a visão que os técnicos têm dos agricultores do futuro. Embora estes também não sejam consensuais e por vezes apresentem opiniões contraditórias.

Os técnicos que possuem uma visão optimista acreditam que a mentalidade dos agricultores terá tendência a alterar-se no sentido da gestão integrada das suas explorações, face aos objectivos ambientais do Plano Zonal. Outros, parecem indecisos face à continuidade da atribuição dos subsídios comunitários. Enquanto que os mais pessimistas, acreditam que se não ocorrerem ajustamentos na atribuição dos subsídios comunitários, o agricultor estará arruinado.

Perante a análise das opiniões de agricultores e técnicos verificamos que existem aspectos comuns que se baseiam fundamentalmente no problema das culturas cerealíferas.

As atitudes dos agricultores em relação ao Plano Zonal revelam-nos que só se preocupam com o presente e não com futuro, embora se mostrem pessimistas. No entanto parecem não acreditar que os subsídios concedidos aos cereais irão brevemente acabar e que a partir desse momento as suas explorações deixarão de ser economicamente viáveis. Por outro lado, ainda não estão inseridos numa Europa com produções muito superiores, com as quais não podem competir. Ainda vêm o Alentejo como “*o celeiro de Portugal*” e por esta razão não conseguem compreender nem aceitar a filosofia da PAC que os incentiva a não produzir e que de alguma forma tem contribuído para a falta de diálogo entre técnicos e agricultores.

Se o Plano Zonal for convenientemente reajustado, se este for explicado aos agricultores, de uma forma simples e adaptada, pelos técnicos no campo. Se as propostas forem correctamente exemplificadas e existir diálogo entre técnicos e agricultores. Este Plano

Zonal poderá valorizar o que existe nesta região, promover uma identidade local e a sua importância ao nível da Conservação da Natureza.

- **A Associação de Agricultores e os técnicos**

Os papéis desempenhados pelos técnicos e pela Associação de Agricultores são para os agricultores, considerados fundamentais para que o Plano Zonal alcance os objectivos a que se destina.

Os técnicos, confirmam esta opinião dos agricultores, pois consideram que a Associação de Agricultores foi o grande incentivo para o aparecimento do Plano Zonal, nesta região. E que o técnico é um elemento essencial no funcionamento desta associação, salientando que este facto revela uma evolução do papel dos técnicos junto dos agricultores que contribuiu para uma relação mais próxima entre ambos. No entanto salientam que o carácter individualista e desconfiado dos agricultores aliado ao desinteresse e falta de informação que revelam, se reflecte na dificuldade que apresentam em se associar. Facto que é confirmado quando revelam que, o bom funcionamento da associação obriga a que os agricultores tenham de estar unidos e activos. O que revela que reconhecem algumas das suas características.

A maioria dos agricultores, não têm assistência de técnicos agrícolas nas suas propriedades, pois acreditam que conhecem muito bem as suas terras e mesmo sem estudos conseguem resolver os problemas que vão surgindo.

Contradizem-se e revelam uma atitude de desconfiança quando, por outro lado, os consideram úteis, pela detenção de conhecimentos científicos que poderiam ser conjugados com a sua prática. Salientam no entanto, que actualmente a sua função, é fundamental ao nível dos esclarecimentos na aplicação dos agro-químicos e das burocracias relacionadas com os apoios financeiros.

Os técnicos confirmam esta relação de desconfiança com os agricultores e consideram que se agravou desde a reforma da PAC, porque os agricultores não compreendem que já não interessa produzir e que a função dos técnicos se alterou, razão pela qual já não faz sentido aparecerem no campo e se encontram nos gabinete apenas com funções burocráticas.

Facto que nos revelam grande resistência dos agricultores à mudança de mentalidade inculcada pela reforma da PAC e de uma atitude de frustração dos técnicos, face à alteração das suas funções.

- **Ligação à terra**

Nos tempos actuais, quando se está habituado ao conforto das casas da vila, torna-se difícil residir no monte, ainda que para a maioria dos agricultores, por motivos profissionais seja de grande importância viver nestes locais, por permitir uma maior assistência à exploração. A falta de condições, os maus acessos, o estado degradado das habitações, associado à solidão e isolamento em que se vive, constituem os principais factores que contribuem para que alguns destes indivíduos tenham optado por não residirem aí. E para que maioria dos empregados agrícolas encontrem razões para não se sujeitar a lá viver.

No entanto aqueles que vivem nos montes, sentem-se bem ou porque criaram condições para aí residir ou porque têm menos exigências, pois nunca viveram noutra sítio e aí nasceram e cresceram. Encontram nesta opção de vida uma forma de estarem presentes sempre que surgem problemas nas suas explorações, a qualquer hora do dia ou da noite. Revelando por isso uma forte ligação à terra.

Quase todos os agricultores consideram de grande importância que os empregados rurais vivam nos montes, pela oportunidade em se dedicarem à sua actividade e de conhecerem e “*ganharem gosto*” pela exploração. Verifica-se porém, que quanto maiores são as explorações maior é a tendência para que os empregados residam no monte, pois nestas aumenta a necessidade de assistência devido fundamentalmente a um maior número de efectivo pecuário, mas também devido a uma melhor disponibilidade económica do agricultor para manter estes empregados.

Actualmente, na opinião dos técnicos, grande parte das hortas está abandonada, pois não são economicamente viáveis face aos custos de produção. Verifica-se, no entanto, que a maioria dos agricultores ainda mantém as suas hortas, onde se produzem alguns alimentos para consumo da sua família.

O mesmo se passa com os olivais, que são mantidos pela maioria dos agricultores, para a produção de algum azeite para consumo da casa, embora neste caso, os considerem com fraca importância económica.

Os técnicos não atribuem a estes espaços o mesmo significado que os agricultores, pois dão mais valor ao seu aspecto económico do que há forte ligação à terra, que representam para os agricultores.

A mecanização da lavoura e a melhoria qualitativa do nível de vida, tendo como base a atribuição de subsídios comunitários, são para a maioria dos agricultores, as principais razões apontadas quando consideram que actualmente a vida do agricultor é melhor que no passado.

No entanto, há quem tenha uma opinião contrária e revele que actualmente a vida do lavrador tem aspectos em que está pior. Consideram que a actividade agrícola está muito incerta, pois a competitividade dificulta a comercialização de produtos e que o lavrador tem necessidade de trabalhar mais na sua propriedade, sendo dispendioso contratar pessoal e difícil encontrar quem queira e saiba trabalhar na lavoura.

Curiosamente verifica-se que uma minoria é da opinião que actualmente a vida do agricultor é apenas diferente, baseia-se na importância de numa nova visão em relação à sua actividade, de forma a que saiba gerir convenientemente a sua exploração.

Estes factos, permitem verificar que a visão dos técnicos em relação ao agricultor actual tem aspectos comuns aos acabados de referir e poderá estar acertada, pois consideram que o agricultor actualmente possui um nível de vida mais elevado, pois é um agricultor empresário que trabalha as suas terras, mas no entanto se encontra inseguro e preocupado em relação ao futuro. No entanto enquanto os técnicos se referem à actual função ambiental atribuída aos agricultores, este não faz qualquer referência a este aspecto, o que parece estar de acordo com a opinião de alguns técnicos de que o lavrador não está sensibilizado para o ambiente, nem entende a sua função ao nível da conservação da natureza. Outros técnicos, têm uma opinião oposta, pois acreditam que o espírito conservador dos agricultores se concilia com a recente função que lhes foi atribuída.

A realização profissional de grande parte dos agricultores, está relacionada com a possibilidade de darem continuidade a uma actividade que é tradicional na família e na região. E que se acentua, devido ao facto de terem nascido e crescido no campo. No entanto há quem esteja um pouco decepcionado e preocupado, pois considera que actualmente a sua actividade é ingrata e sem futuro, o que contribui para que manifeste alguma frustração a nível profissional.

No entanto quase todos os agricultores se sentem menosprezados pela sociedade, porque consideram que:

- esta não reconhece o seu papel fundamental ao nível da produção de alimentos;
- a atribuição de subsídios financeiros à lavoura contribuiu para que se sintam desprezados e odiados;
- os apoios financeiros são uma “*esmola*” e todo o processo burocrático a estes associado, uma falta de consideração e respeito, face às fracas habilitações que possuem;
- as entidades governamentais não se preocupam com a resolução dos problemas da agricultura.

Alguns destes factos coincidem com os aspectos negativos apontados pelos técnicos à reforma da PAC, no que se refere às implicações morais dos subsídios para a sobrevivência dos agricultores e à sua frustração profissional, pois não se pretende aumentar a produção. Situações que segundo os técnicos obrigam a uma mudança da mentalidade dos agricultores e que como se verificou não parece estar a ser bem aceite pois afecta a sua autoestima como grupo social.

A paisagem desta região é considerada pelos agricultores como bonita, facto que poderá ser resultado da importância da agricultura na sua modelação e aspecto, de tal forma que alguns se identificam com esta e consideram que os influencia positivamente. No entanto também podemos entender que a percepção que estes têm da beleza da paisagem. poderá

estar relacionada com o amor que sentem pela própria exploração, pois é precisamente na Primavera que começam a ver na beleza dos campos verdejantes o resultado do seu trabalho.

Esta atitude dos agricultores em relação à paisagem permite-nos perceber que têm interiorizado na sua beleza a importância e o gosto pela sua actividade e a força da sua ligação à terra. Este sentimento de amor à terra é reforçado, quando consideram a lavoura “*um vício*” ou “*uma doença*” que mesmo com as contrariedades do clima, não os deixa abandonar a terra, pelo gosto em “*criar e ver crescer*”. E que os faz trabalhar de manhã à noite, sem fins de semana, férias ou feriados, sempre na esperança de um ano melhor. Mas que por outro lado revela que provavelmente esta ligação à terra se poderá misturar com o amor do agricultor à própria exploração e a uma que é dele.

Os técnicos permitem confirmar estes factos, quando afirmam que as características desta região condicionam a “*maneira de estar*” do agricultor e que “*o clima, os solos, a exploração agrícola, o agricultor e as aves são elos de uma mesma cadeia*”.

A maioria dos agricultores acredita que existem poucos jovens agricultores na região e que estes estão pouco ligados à terra, pois a vida na lavoura é dura e a instabilidade da actividade agro-pecuária tem-se agravado nos últimos tempos. Consideram no entanto excepções, casos em que estes jovens nasceram e cresceram “*nesta vida*” e que seguem os passos de seus pais.

Os técnicos apenas revelam concordância com os agricultores em relação à falta de sensibilidade dos jovens para a lavoura. No entanto visualizam-nos como indivíduos sem sucesso, com problemas, desiludidos e inseguros.

• Autoestereótipo

Os agricultores consideram-se desunidos, individualistas e desconfiados. Facto que poderá estar relacionado com o isolamento em que vivem nos montes e a sua actividade ser muito solitária e dependente de um meio natural ingrato, com o qual contactam no dia a dia.

A recente Reforma da Política Agrícola Comunitária parece transmitir-lhes alguma insegurança e contribuir para um incremento da sua desconfiança em relação aos outros no que se refere principalmente à existência de subsídios financeiros, ao relacionamento com os técnicos agrícolas, mas também em relação a outros agricultores.

Por outro lado, a sua desunião, manifesta-se na dificuldade que têm em se reunir, discutir e apresentar as suas ideias na Associação de Agricultores. No entanto nos momentos de aflição são unidos e ajudam-se uns aos outros.

A teimosia, persistência e empenhamento são outros dos seus atributos que se relacionam com a insegurança da sua actividade em relação ao clima e com o facto de

sentirem uma ligação muito forte em relação à terra pobre e que os faz ter sempre esperança num ano melhor.

Quando os técnicos descrevem estes agricultores, caracterizam-nos de um modo muito semelhante, pois consideram-nos: conservadores, individualistas, desconfiados e inseguros. Porém encontram nestes alguma falta de modéstia.

Estes factos permitem-nos verificar que os agricultores, identificam correctamente as suas características.

Em suma, podemos talvez dizer que tanto o amor como a ligação à terra, são estados psicológicos que se confundem e misturam e que são evidentes nas atitudes destes agricultores em relação a cada uma das situações analisadas. Mas que parecem ser perturbados pela filosofia da Reforma da PAC, que não está a ser compreendida pelos agricultores, pois desincentiva a produção e atribui compensações monetárias, valorizando a importância deste na Conservação da Natureza e da paisagem rural.

Curiosamente parece que esta função tem acompanhado estes agricultores ao longo dos tempos e que estes têm consciência da sua importância. Não devemos esquecer que a paisagem é o resultado da sua actividade e que indirectamente simboliza valores relacionados com a "*continuidade familiar*", a tradição e a identidade pessoal e social destes indivíduos.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, R.; CARVALHO, C.; SIMÕES, H.; BUGALHO, J., 1994 - “Conservação da Natureza. Estudo de Ordenamento Agrícola e Florestal da Zona Agrária de Aljustrel”, Vol.5 e 7, ERENA, Lisboa.
- ALVES, R.; CARVALHO, C.; SIMÕES, H.; BUGALHO, J., 1995 - “Uso Sensato no Espaço Rural Alentejano”, Revista de Ciências Agrárias, Vol. XVIII, nº4:51-65.
- ARRAIA, J.; PEDRO, C.; GONÇALVES, E.; VILLAS-BOAS, G.; JOAQUIM, G.; & ALEXANDRE, M., 1994 - “Caracterização Socioeconómica do Biótopo Corine de Castro Verde”, Liga Para a Protecção da Natureza.
- BARDIN, L., 1977 - “Análise de Conteúdo”, Edições 70, Lisboa.
- BOTELHO, J., 1964 - “Apontamentos de Agrologia”, Lisboa
- BETTENCOURT, A. & RODRIGUES A., 1996 - “Significado Ambiental e Ecológico da Transferência de Água Guadiana - Sado”, EDIA, Lisboa.
- BRITO, C., 1997 - “Acabar com os cereais no Alentejo é acabar com a agro-pecuária na região”, Revista Imenso Sul.
- CARDOSO, A. C., 1996 - “Uso do habitat e sucesso alimentar da garça boieira (*Buculcus ibis*) no Paúl do Boquilobo”, Ciência e Natureza n.º 2, pp. 69-78, Lisboa.
- CARVALHO, R.C. & al., 1995 - “Transformações na Base Produtiva das Regiões do Interior de Portugal: O Espaço Rural”, Revista Ingenium, Jan/Fev.1995:17-24.
- CARVALHO, L., 1997 - “É preciso outra política para a Agricultura Alentejana”, Revista Imenso Sul.
- CARVALHO, M.R., 1997 - “Saídas para a Agricultura Alentejana”, Revista Imenso Sul.
- CASTRO & BRITO, 1995 - “Se não houver Agricultura não haverá Alentejo”, Revista Portugal Agrícola Jan/Mar 95.
- COLLIN, A., 1976 - “Élément pour une theorie de la paysannerie”, Paris.
- CORDOVIL, F. & Crespo, J., 1993 - “Tipos de Agricultura na Zona Agrária de Beja por Concelhos (1979/80), Dinâmia, ISCTE, Lisboa.

- COSTA, J.A., 1996 - “O termo de Castro Verde. Um contributo para a sua História”, Volume I, Edição da Câmara Municipal de Castro Verde.
- CRUZ.C.,1996- “Situação actual da população de abetarda (*Ovis montanus*) numa zona a Sul de Évora”. Revista Ciência e Natureza n.º 2, pp.65-68, Lisboa.
- DOMINGOS, L. & MOREIRA F., 1995 - “Relação da avifauna com o uso da terra na região de Castro Verde”, Projecto de Conservação da Avifauna Estepária de Castro Verde, Liga Para a Protecção da Natureza.
- EDIDECO, 1995 - “Portugal Natural”, EDIDECO - editores, Lda, Lisboa.
- ESPANCA, F., 1916 - “Obras Completas de Florbela Espanca”, Publicações D. Quixote, Lisboa 1987.
- FARINHA, J.C., 1991 - “Garça-boieira *Bubulcus ibis*, na região de Sagres - S. Vicente: biótopos de alimentação e grau de associação com o gado”, AIRO 2.
- FEIO, M., 1970 - “A evolução da Agricultura em Portugal nos últimos decénios”, *XXIX Congresso Luso - Espanhol*, Lisboa 31 de Março a 4 de Abril de 1970. Colóquio 2, “Herança Social Peninsular Perante o Desenvolvimento Industrial”, Tomo III (pp.72-82), Associação Portuguesa Para o Progresso das Ciências.
- FEIO, M.,1988 - “Montado de Azinho: Um fóssil Económico”, *Gazeta das aldeias* . Novembro /1988.
- FEIO, M., 1989 - “A Reconversão da Agricultura e a Problemática do Eucalipto”, Associação Central de Agricultura Portuguesa, Lisboa.
- FEIO, M., 1991 - “Clima e Agricultura”, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, Lisboa.
- FEIO, M., 1994 - “Ruína à Vista da Cultura Cerealífera”, Separata da Publicação nº7 da Associação Nacional de Produtores de Cereais, Évora.
- FEIO, M.,1997 - “As problemáticas da cultura do trigo”, *Revista Vida Rural*, Maio de 1997.
- FEIO,M., (em publicação) - “Agricultura no Alentejo nos Finais do Século XIX, Evolução”.
- FISCHER, G.N., 1994- “Psicologia Social do Ambiente”, Instituto Piaget; Perspectivas Ecológicas.
- FISHER,D.; BELL, A.;BAUM, A., 1984 - “Environmental Psychology”, 2ªedition, Holt, Rinehart and Winston.

- GALVÃO, J.M., 1937 - "Fertilização das terras de barro por efeito das queimas com palhas sobranes, matos em moreiras, etc." - Folha de Divulgação da Brigada.Técnica XIV.
- GUEDES, R. & COSTA L., 1994 - "As aves de Portugal", Edições INAPA, Lisboa.
- HAMMOND, N. & EVERETT, M., 1980 - "Birds of Britain and Europe", Pan Books, London.
- I.N.E., 1968 - "Recenseamento Geral Agrícola".
- I.N.E., 1969 - "Recenseamento Geral Agrícola".
- I.N.E., 1989 - "Recenseamento Geral Agrícola".
- I.N.E., (1991) - Censos 91, Resultados Definitivos, Direcção Regional do Alentejo.
- I.N.E., (1993) - Anuário Estatístico da Região Alentejo.
- I.N.G.A.,1997 - Boletim Trimestral N.º 1
- IEADR, 1993 - "Regulamento (CEE) nº2078/92, Medidas Agro-Ambientais. Proposta de Aplicação a Portugal Para o Período 1994-1998".
- IEADR, 1995 - "Regulamento (CEE) n.º 2078/92., Plano Zonal de Aplicação Para a Área do Biótopo Corine de Castro Verde".
- LAMPREIA A., 1997 - "Boletim Informativo da Associação de Agricultores do Campo Branco", Edição de Julho/Agosto 1997, ANO XI .Número 75.
- LEAL, R., 1995 - "Caracterização do regime alimentar da Garça-boieira durante o período reprodutor na colónia de Neves Corvo", *Simpósio sobre Ecologia Alimentar das Aves*, 8-10 de Dezembro.
- LOBATO, J. & NOBRE, J., 1987 - "Vila de Entradas. Breves Notas de História e Antologia", Edição da Câmara Municipal de Castro Verde.
- MAÇÃS, B. & PINHEIRO N., 1997 - "O melhoramento do tritcale na E.N.M.P. (selecção da variedade "Alter")", *Revista Vida Rural*, Maio/97.
- MATOS, A., *et al.*, 1993 - "Plano Director Municipal do Município de Castro Verde", E.G.F-S.A.G.E.
- MATOS, F.,1993 - "Opções Estratégicas Globais e por Sub - Zonas", Programa de Desenvolvimento Agrícola Regional da Zona Agrária de Aljustrel.
- MIGUEL, L.,1997 - "Depois do Congresso já se fala na Federação da Agricultura do Alentejo", *III Congresso de Agricultura Alentejana*, Revista Imenso Sul.

- MOREIRA, F. *et al.*, 1994a - “Agricultura e Conservação da Natureza - As Medidas Agroambientais”, Revista da Liga para a Protecção da Natureza, Liberne n.ºs 46/47.
- MOREIRA, F. *et al.*, 1994b - “Conservação das Estepes Cerealíferas Alentejanas e da sua Avifauna”, Revista da Liga para a Protecção da Natureza, Liberne n.ºs 48/49.
- MOREIRA, F. *et al.*, 1994c - “As Aves das Estepes Cerealíferas Alentejanas” Revista da Liga para a Protecção da Natureza, Liberne n.º 50.
- MOREIRA, F., 1994d - “O Projecto de Castro Verde: Conservação das Estepes Cerealíferas Alentejanas e da sua Avifauna”, Actas do 3º Congresso Nacional de Áreas Protegidas
- OLIVEIRA, A.H.O., 1984 - “História de Portugal”, Palas Editores, Lisboa.
- OLIVEIRA, J.M., 1992 - “Stress Ambiental: Ponto da situação e modelo explicativo” Separata da Revista Portuguesa de Psicologia n.º 28 - Ano 1992, Lisboa.
- OLIVEIRA, J.M. & MARQUES, G., 1988 - “Os Dilemas Sociais e as Atitudes na Promoção de Estratégias de Conservação da Energia”. Comunicação apresentada num Seminário sobre Conservação de El Entorno, Sevilha.
- OLIVEIRA, J.M., 1997 - “Psicologia Social do Meio Ambiente”, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- OLIVEIRA, T. O., *et al.*, 1992 - “Carta Geológica de Portugal: notícia explicativa da folha 8, S.G.P., Lisboa.
- PARDAL, S.C., 1988 - “Planeamento do Território - Instrumentos para a Análise Física”, Espaço e Sociedade, 9, Livros Horizonte, Lisboa.
- PEREIRA, M.H., 1971 - “Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na Segunda Metade do Século XIX”, Edições Cosmos, Lisboa.
- PERY, G.A., 1883 - Boletim da Direcção Geral da Agricultura, 7ºano nº3, Concelho de Évora.
- PERY, G.A. 1892 - “Estatística Agrícola do Concelho de Aljustrel”, Boletim da Direcção Geral da Agricultura.
- RAMALHO, J.L., 1991 - “Castro Verde: uma Comunidade em Mudança”, Lisboa. *Dissertação de Mestrado em Antropologia Cultural e Social.*
- REBELLO, J.P., 1917 - “Novos métodos de cultura”, Lisboa.

- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S., 1995 - “Geografia de Portugal”, 3ª edição, IV volume - A vida Económica e Social, Edições João Sá da Costa, Lisboa
- RUFINO, R. et. al., 1989.- “Atlas das Aves que Nidificam em Portugal Continental”. CEMPA-SNPRCN, Lisboa.
- SANZ, J., 1986 - “Ecología y Cultura en la Ganadería de Montaña. Percepción Y gestión del ecosistema pastoral por los ganaderos de la Sierra de Madrid”, Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentación.
- SEQUEIRA, E., 1994 - “Os solos e a desertificação”, *VI Curso de Atualização em Ecologia e Conservação da Natureza*, Castro Verde, 3 a 5 de Junho de 1994.
- SEQUEIRA, E., 1996 - “Convenção para combater a desertificação nos países sujeitos a secas e/ou desertificação, particularmente em África. Áreas abrangidas em Portugal”, E.A.N., I.N.I.A, Oeiras.
- VALA, J. & MONTEIRO, M., 1993 - “Psicologia Social”, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. & CARVALHOSA, A., 1964 - “Carta Geológica de Portugal: notícia explicativa da folha 46-A, S.G.P., Lisboa.

ANEXOS

ANEXO I

MAPA COM A LOCALIZAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS CUJOS AGRICULTORES FORAM ENTREVISTADOS

Escala 1:50 000

(em capa anexa)

ANEXO II

GUIÃO DA CONVERSA COM OS TÉCNICOS

1. Exploração agrícola ideal no Concelho de Castro Verde.

2. O clima no Concelho.

3. Os solos:

- características;
- causas de erosão;
- como minimizar a erosão

4. A Agricultura:

- principais culturas;
- pousio / duração;
- pousio / importância;
- relação agricultura/ clima;
- relação agricultura / solos;
- hortas/ importância;
- regadio

5. O Gado:

- gado mais adaptado : clima; solo; vegetação.
- gado economicamente mais viável.
- relação pecuária / agricultura
- transumância.

6. A Ocupação do solo:

- pousio abandonado.
- montado.
- olival

7. A Avifauna:

- relação avifauna/ agricultor.
- relação avifauna / agricultura.
- relação avifauna / pecuária.
- avifauna / antes Plano Zonal.
- avifauna pós P.Z. -

8. O Agricultor:

- do passado.
- antes do P.Zonal.
- pós P.Zonal.
- do futuro.
- jovem agricultor.
- relação agricultor / clima.
- relação agricultor / vegetação.
- relação agricultor/ técnico-
 - antes P.Z.
 - pós P.Z
- relação agricultor/ avifauna-
 - antes P.Z.
 - pós P.Z.

9. A Economia:

- relação económica agricultura / pecuária.
-no futuro
- relação dos subsídios / economia da exploração.
actual
no futuro
- relação subsídios/ agricultor
actual
no futuro
- importância económica da avifauna
- importância económica do montado
- importância do económica olival

10. A Reforma PAC/92:

- críticas positivas
- críticas negativas

11. O Plano Zonal:

- críticas positivas
- críticas negativas
- propostas de alteração

ANEXO III

**GUIÃO DA ENTREVISTA AOS AGRICULTORES DO CONCELHO DE CASTRO
VERDE**

ENTREVISTA AOS AGRICULTORES DO CONCELHO DE CASTRO.VERDE

1. O clima no Concelho de Castro Verde é bom ou mau para a agricultura?

R: MAU...1...2...3...4...5...BOM

1.1 Porquê?

R:.....

1.2. O Inverno é IRREGULAR 1 2 3 4 5 REGULAR

1.3. A Primavera é IRREGULAR 1 2 3 4 5 REGULAR

2. Tem notado modificações do clima nos últimos tempos?

R: Sim* Não*

2.1. Em que estações do ano? 1. Outono* 2. Inverno* 3. Primavera*

2.2. Em que aspectos ?

2.2.1. SECO.1...2...3...4...5.CHUVOSO

2.2.2. FRIO.1...2...3...4...5.CALOR

3. Para o tipo de culturas que se faz na região, que tipo de clima é preferível?

3.1. R: Outono...SECO.1...2...3...4...5.CHUVOSO

3.2. R: Outono...FRIO.1...2...3...4...5.QUENTE

3.3. R: Inverno...SECO.1...2...3...4...5.CHUVOSO

3.4. R: Inverno...FRIO.1...2...3...4...5.QUENTE

3.5. R: Primavera...SECA.1...2...3...4...5.CHUVOSA

3.6. R: Primavera...FRIA.1...2...3...4...5.QUENTE

4. Como é o solo no Concelho de Castro Verde?

4.1. R: POBRE.1...2...3...4...5.RICO

4.2. R: DELGADO...1...2...3...4...5.ESPESO

4.3. R: NADA PEDREGOSO...1...2...3...4...5.PEDREGOSO

4.4. R: PLANO.1...2...3...4...5.INCLINADO

5. Qual a sua opinião sobre a paisagem no Concelho?

R: ...FEIA.1...2...3...4...5.BONITA

5.1-Em que estação do ano?

R: ...1. Primavera...2. Verão...3. Outono...4. Inverno

5.2-Porquê?

R:.....

6. Como fica um pousio abandonado?

R:.....

6.1. Apresenta assim alguma utilidade?

R: ...INÚTIL.1...2...3...4...5.ÚTIL

6.2. Porquê? R:.....

7. Qual a dimensão ideal para uma exploração agrícola neste Concelho?

R:.....

7.1.Porquê?

R:.....

8. Qual o tipo de gado melhor adaptado ao solo e ao clima?

R: ...1.Bovino...2. Ovino...3. Suíno...4. Caprino

9. Em que locais do Concelho podem ser construídas barragens ou açudes?

R:.....

10. O Concelho tem condições para se fazer regadio?

- R: SEMCONDIÇÕES.1...2...3...4...5.CONDIÇÕES
- 10.1. Porquê? R:.....
11. As suas terras são boas ou más para a cultura de cereais?
R: ...MÁS.1...2...3...4...5.BOAS
12. O que cultiva na sua exploração?
R: ...1.trigo*...2. cevada*...3. aveia*...4. tritical*...5.forragens*
13. Que rotação usa? Ou que sucessão de culturas usa?
R:.....
13.1. Qual a área ocupada por cada uma das culturas, em 1996?
R:1. trigo.....2. aveia.....3. cevada.....
13.2. Qual a duração do pousio?
R:.....
13.3. Qual área ocupada pelo pousio em 96?
R:.....
13.4. Faz alqueive?
R: Sim* Não*
13.5. Qual a área ocupada pelo alqueive em 96?
R:.....
13.6. Se não alqueive o que faz e porquê?
R:.....
14. Poderia usar uma rotação diferente?
R ...Sim* Não*
14.1. Qual? R:.....
14.2. Porquê? R:.....
15. Qual a importância do pousio?
R:... 1- para as pastagens.....
2- para o descanso da terra.
3- para a produção da terra.
16. Antigamente o sistema de rotação era idêntico ao actual ?
R:...Sim* Não*
17. Como era?
17.1. Nos últimos anos depois da campanha do trigo?
R:.....
17.2. E antes da campanha do trigo?
R:.....
18. Considera que no futuro se deverá manter o sistema de rotação tradicional?
R: ...Sim* Não*
18.1. Qual? R:.....
18.2. Porquê? R:.....
19. Faz queimadas?...R:...Sim* Não*.
19.1. Qual a utilidade das queimadas?
R:...INÚTIL.1...2...3...4...5.ÚTIL
19.2. Porquê? R:.....
20. Usa adubos ? R:.....Sim* Não*
20.1. Quais os adubos de fundo? R:.....
20.2. Quais os adubos de cobertura? R:.....
20.3. Com que frequência os usa ?R:.....
20.4. E como é que você sabe as quantidades que utiliza?

R: A olho*...Faz análises*

21. Na sua exploração tem horta?

R: ... Sim* Não*

21.1. Se respondeu afirmativamente, de que tamanho aproximado? E o que cultiva?

R:.....

21.2. Os produtos da sua horta são para consumo próprio ou venda?

R: ...1. Consumo próprio 2. Venda.

23. Faz regadio?

R: ... Sim* Não*

23.1. Qual a área aproximada e que tipo de culturas rega?

R:.....

23.2. E quais os resultados (pela produção ou pelo subsídio)?

R:.....

23.3. Se não tem regadio, seria vantajoso para a sua exploração fazer regadio?

R: ... DESVANTAJOSO. 1...2...3...4...5. VANTAJOSO

23.4. Porquê?

R:.....

24. Que gado tem na sua exploração? E quantas cabeças tem?

R: ...1. Ovinos*..... 2. bovinos*..... 3. caprinos*..... 4. suínos*
5. equídeos*.....

24.1. Qual o gado melhor adaptado há sua exploração? Porquê?

R: ...1. Ovino* 2. bovino* 3. caprino* 4. suíno* 5. equídeo*

R:.....

24.2. Qual o tipo de gado que lhe dá mais problemas? Porquê?

R: ...1. Ovino* 2. bovino* 3. caprino* 4. suíno* 5. equídeo*.

R:.....

24.3. Tem pastagem para todo o ano?

R: SIM* NÃO*

24.4. Dá-lhe de comer à mão de Inverno?

R: ...SIM* NÃO*

24.4.1. R: ...Silagem* Palha* Feno* Ração*

24.5. Compra "agostadoiro" fora?

R: ...SIM* NÃO*

24.5.1-Vende restolho? R: ...SIM* NÃO*

24.6. Ainda há restos de transumância nesta região? (gado vindo de muito longe)

R: ... Sim* Não*

24.7. De onde? Porquê?

R:.....

25. Na sua exploração tem alguma área com montado?

R: Sim* Não*

25.1. Se respondeu afirmativamente, qual a área ocupada?R:.....

25.2. É plantado?(às linhas) R:.....

25.3. Mais ou menos há quantos anos? R:.....

25.4 -Tem importância económica para a sua exploração?

R: ...SEM IMPORTÂNCIA. 1...2...3...4...5.IMPORTANTE

25.5. Se não tem montado, gostaria de ter? R: ...Sim* Não*

25.5.1. Porque não tem?R:.....

25.6. Antigamente a área de montado no Concelhoera:

R: - Maior que a actual * -Menor que a actual*

- Igual à actual* - Não existiu*

26. Possui algum olival na sua exploração? R: ...-Sim* -Não*

26.1. Se tem olival, qual a área dele?R:.....

26.2. Tem importância económica para a sua exploração?
R: ...SEM IMPORTÂNCIA. 1...2...3...4...5...IMPORTANTE

26.3. Já fez girassol? R: ...SIM* NÃO* em que ano?.....

26.3.1. Quais os resultados? R: ... Pela produção* pelo subsídio*

26.3.2. Qual a sua opinião sobre esta cultura no Concelho?

R:.....

27. Na sua herdade tem alguma barragem, açude, poço ou furos, para abeberamento ou rega? R: ... Sim* Não*

27.1. Quantos? 1. Barragens* açudes* poços* furos*

27.1. Para a agricultura dispôr de água de barragens ou açudes é:

R: ...NADA IMPORTANTE... 1...2...3...4...5...IMPORTANTE

27.2. Para o gado a água de barragens ou açudes é:

R: ...NADA IMPORTANTE. 1...2...3...4...5...IMPORTANTE

28. Considera que a sua exploração agrícola poderá sobreviver no futuro :

- Só com pecuária....

- Só com agricultura....

- Com agricultura e pecuária....

- Com floresta e pecuária...

28.1 -Porquê? R:.....

29. Costuma haver aves na sua exploração? R: ... Sim* Não*

29.1. Quais?

R: abetardas* sisões* cortiços* Calhandras* tarambolas*
águia caçadeira* abibes* alcaravões* carraceiros* cegonhas*
outras*

29.2. Em que local da exploração e em que época do ano costumam estar?

29.3. A quantidade destas aves tem:

R: DIMINUIDO. 1...2...3...4...5...AUMENTADO

(em geral e para cada uma das espécies em particular)

29.4. Estas aves, beneficiam ou prejudicam a sua actividade?

(em geral e para cada uma das espécies em particular)

R: ...PREJUDICAM.. 1...2...3...4...5...BENEFICIAM

29.5. Porquê?

R:.....

29.6. Na sua opinião, o agricultor deve proteger estas aves?

R: ... Sim* Não*.

29.7. O que é que agricultor não deve fazer ,para manter estas aves?

R:.....

29.8. O que é que o agricultor deve fazer para manter estas aves?

R:.....

29.9. A existência destas aves é importante?

R: ...NADA IMPORTANTE. 1...2...3...4...5...IMPORTANTE

29.10. Na sua opinião, qual a importância do papel do agricultor na conservação da natureza?

R: ... NADA IMPORTANTE. 1...2...3...4...5...IMPORTANTE

30. A sua exploração está incluída numa coutada ? R: ... Sim* Não*

30.1. De que tipo? R: 1. ASSOCIATIVA* 2. TURÍSTICA*

30.2. Porquê? R:.....

31. ...Considera que a caça é prejudicial ou benéfica para a agricultura?

R: ...PREJUDICIAL. 1...2...3...4...5...BENÉFICA

31.1. Porquê? R:.....

32. Na sua opinião os caçadores prejudicam ou beneficiam a agricultura e a pecuária?

R: ...PREJUDICIAL. 1...2...3...4...5...BENEFICO

- 32.1. Porquê?R:.....
 32.2. Como é que o senhor se relaciona com os caçadores?
 R:...MAL.1...2...3...4...5.BEM
 * 32.3. É caçador?...R:Sim* Não JÁ FUI*

33. Já ouviu falar nas Medidas Agroambientais?

- R:...Sim* Não*
 33.1. Candidatou-se a ajudas para algumas dessas medidas? R: Sim* Não*
 33.2. A quais? R:...1.sistemas cerealíferos de sequeiro* 2. sist. Forrageiros extensivos*...3. apoios a raças autóctones ameaçadas de extinção*
 4. montado de azinho* 5. não sei*
 33.3. Já ouviu falar do Plano Zonal ?R:...Sim* Não*
 33.4. Candidatou-se ao Plano Zonal? R:... Sim* Não*
 33.5. Porquê e em que ano? R:.....
 33.6. -Para toda a área da sua exploração? R:.....Sim* Não*
 33.7. Para que área? R:.....
 33.8. Porquê essa área ?
 R:.....
 33.9. A sua candidatura foi aceite? R:... Sim* Não*
 33.10. Porquê?R:.....
 33.11. Vai voltar a candidatar-se? R: Sim* Não*
 33.12. Porquê? R:.....
 33.13. Aderir ao P.Z. veio modificar aquilo que fazia na terra?
 R:...NÃO MODIFICOU.1...2...3...4...5.MODIFICOU
 33.14. Em que aspectos?
 R:.....
 33.15. Na sua opinião ao aderir ao P.Z., o senhor sente-se Preso ou livre?
 R:...PRESO.1...2...3...4...5.LIVRE
 33.16. Os compromissos do P.Z. apresentam vantagens ou desvantagens?
 R:...DESVANTAGENS.1...2...3...4...5.VANTAGENS
 33.17. Porquê? R:.....
 33.18. Concorda com o P.Z.?
 R:...NÃO CONCORDO.1...2...3...4...5.CONCORDO
 33.19. O P.Z. deveria ser alterado?
 R: SIM* NÃO*
 3.19.1.O que deveria ser alterado no P.Z.?
 R:.....
 33.20. Sabe porque é que existe o P.Z.?... R:...Sim* Não*
 Porquê? R:.....
 33.21. O que pensa da organização da aplicação do P.Z.?
 R:.....MÁ.1...2...3...4...5.BOA
 33.22. Porquê?
 R:.....
 33.23. Que futuro prevê para o P.Z.?
 R:...MAU.1...2...3...4...5.BOM
 33.24. Porquê?R:.....
 33.25. Sabe se alguma das explorações vizinhas aderiu ao P.Z.?
 R:...Sim* não*
 33.26. Quais?R:.....

34. A vida do empregado é muito diferente do antigamente?

- R:...DIFERENTE.1...2...3...4...5.IGUAL
 34.1. Porquê? R:.....
 34.2. A vida do agricultor é muito diferente do antigamente?
 R:...DIFERENTE.1...2...3...4...5.IGUAL
 34.3. Porquê? R:.....

34.4. O modo como o AGRICULTOR se relaciona com o EMPREGADO é diferente do antigamente?

R: ... DIFERENTE. 1... 2... 3... 4... 5. IGUAL

34.5. Porquê? R:

35. Há muitos jovens agricultores no Concelho?

R: 1. muito mais de METADE

2. mais de METADE

3. METADE/METADE.. /

4. menos de METADE/ muito menos de METADE

35.1. Porquê? R:

36. O senhor tem a assistência de algum técnico na sua exploração?

R: ... Sim* Não*

36.1. Porquê? R:

36.2. Na sua opinião qual a utilidade de um técnico?

R: ... NÚTIL... 1... 2... 3... 4... 5. ÚTIL

36.3. Porquê? R:

37. O que pensa da utilidade da sua associação de agricultores?

R: INÚTIL. 1... 2... 3... 4... 5. ÚTIL

37.1. Na sua opinião como deve funcionar uma Associação de agricultores?

R:

38. Reside no monte? R: ... Sim* Não*

38.1. Para si residir no monte é:

R: ... NADA IMPORTANTE. 1... 2... 3... 4... 5... IMPORTANTE

38.2. Porque é que reside ou não no monte?

R:

38.3. Tem empregados? SIM* NÃO*

38.4. Os seus empregados residem no monte? R: ... Sim* Não*

38.5. Para si, os seus empregados residirem no monte é:

R: ... NADA IMPORTANTE... 1... 2... 3... 4... 5. IMPORTANTE

38.6. Porque é que os seus trabalhadores residem ou não no monte?

R:

39. Qual a sua opinião sobre o futuro dos agricultores do Conselho se acabarem as ajudas cofinanciadas atribuídas ao trigo?

R: ... FUTURO ... MAU. 1... 2... 3... 4... 5. BOM

39.1. Porquê? R:

39.2. O que é que você acha sobre a opinião da maioria das pessoas de C.V. sobre o futuro desta região?

R: ... FUTURO.. MAU. 1... 2... 3... 4... 5. BOM

39.3. O que é que você acha do futuro desta região?

R: ... FUTURO... MAU. 1... 2... 3... 4... 5. BOM

39.4. Porquê? R:

39.5. Se o futuro não for promissor, até que ponto, estarão os agricultores dispostos a sair daqui?

R: ... DIFÍCIL. 1... 2... 3... 4... 5. FÁCIL

39.6. Porquê? R:

39.7. E para o senhor?

R: ... DIFÍCIL. 1... 2... 3... 4... 5. FÁCIL

39.8. Porquê? R:

40. Considera que é dada a devida importância aos agricultores?

R: ... NENHUMA IMPORT. 1... 2... 3... 4... 5. IMPORTÂNCIA

40.1. Porquê? R:

40.2. Qual a sua opinião sobre o modo como os outros agricultores do Conselho de Castro Verde. estão ligados há terra?

R: ... POUCO.1...2...3...4...5.MUITO

40.3. Porquê?R:.....

41. Diga-me 5 palavras (adjectivos) que na sua opinião completem a seguinte frase:

Nós os agricultores de C.B.somos:

.....
.....

42. Gosta de ser agricultor?

R:.....POUCO.1...2...3...4...5.MUITO

42.1-Porquê? R:.....

IDENTIFICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA.

Designação.....

- Localização : freguesia-...

- Tipo de exploração agrícola:

1. sociedade* 2. produtor individual* 3. produtor autónomo* 4. produtor empresário*

- Forma de exploração agrícola:

1. conta própria* 2. arrendamento * 3. cedência* 4.outra situação*(.....)

- Tem mão de obra familiar ?.....SIM*...NÃO*

- Tem mão de obra permanente?.....SIM* NÃO*...

- Tem mão de obra eventual?.....SIM* Não*.....

- Diariamente, quanto tempo dedica à sua exploração?

R:.....

- Costuma ausentar-se para férias?

R:SIM* NÃO*

Porquê? R:.....

IDENTIFICAÇÃO DO AGRICULTOR.

Nome.....

idade..... estado civil..... Habilitações literárias.....

residência.....

É sócio da associação de agricultores...SIM* NÃO*..... desde o ano de 199...

Há quantos anos é agricultor?

R:.....

Emigrou...SIM*...NÃO*

Tem outra actividade? SIM* NÃO* Qual*?.....

ANEXO IV

FIGURAS E FOTOGRAFIAS REFERENTES A ALGUMAS AVES

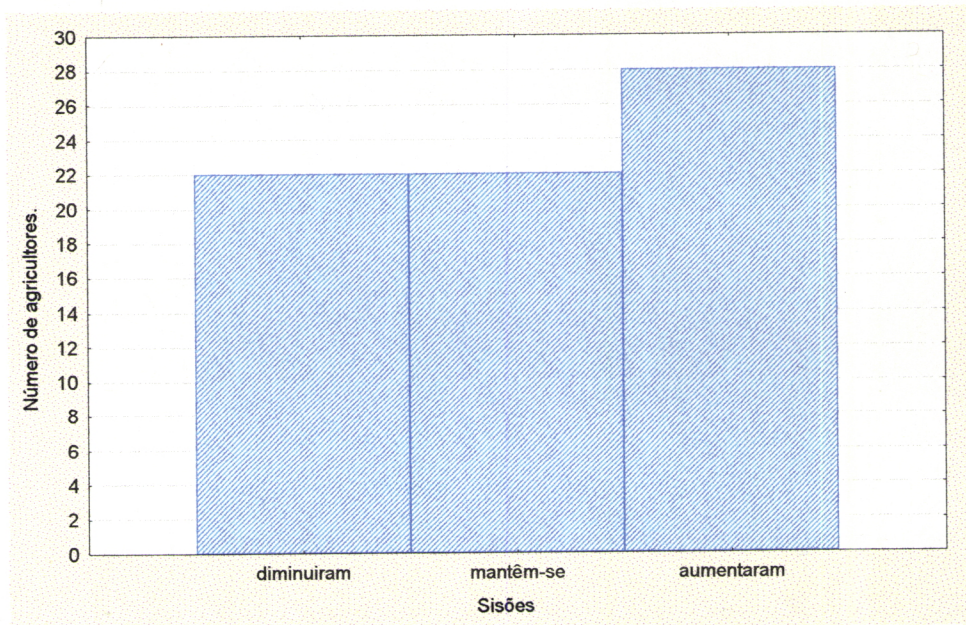
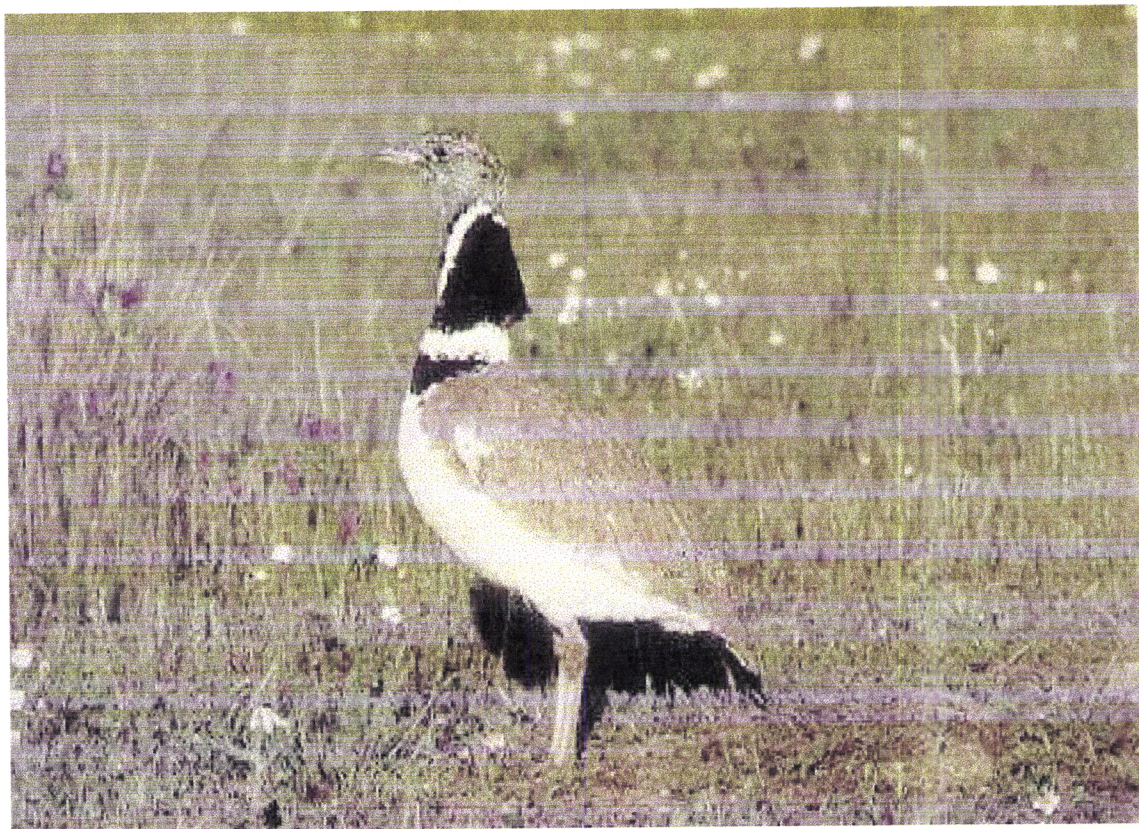


Figura 1 - Percepção dos agricultores em relação à variação da população de sisões.



Fotografia 1 - Sisão
in Guedes, R. & Costa, L. (1994)

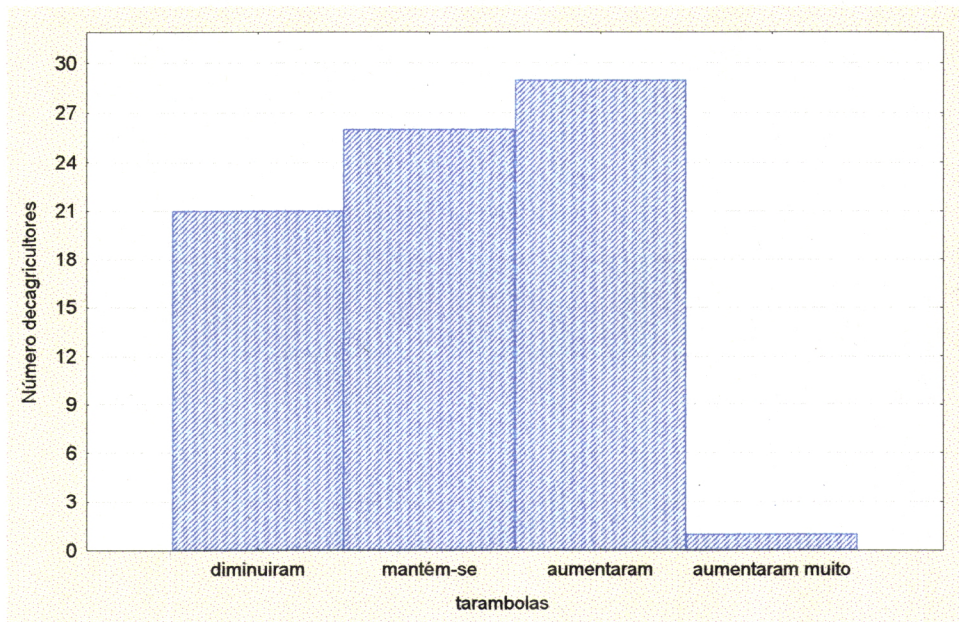


Figura 2 - Percepção dos agricultores quanto à variação da população de tarambolas

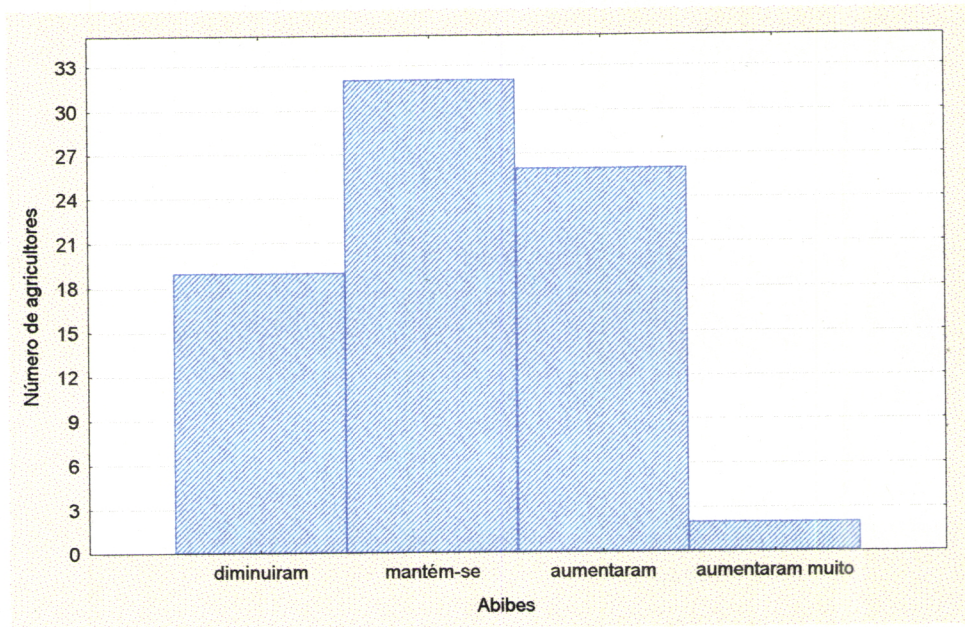


Figura 3 - Percepção dos agricultores em relação à variação da população de Abibes



Fotografia 2 - Abibe
in EDIDECO (1995)

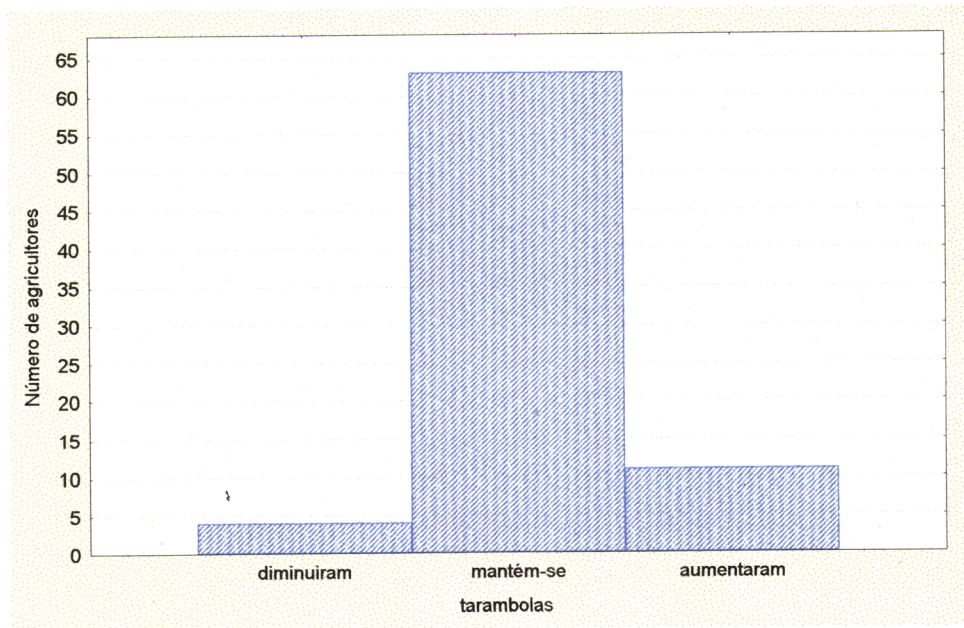


Figura 4 - Percepção dos agricultores quanto à variação da população de taramolas

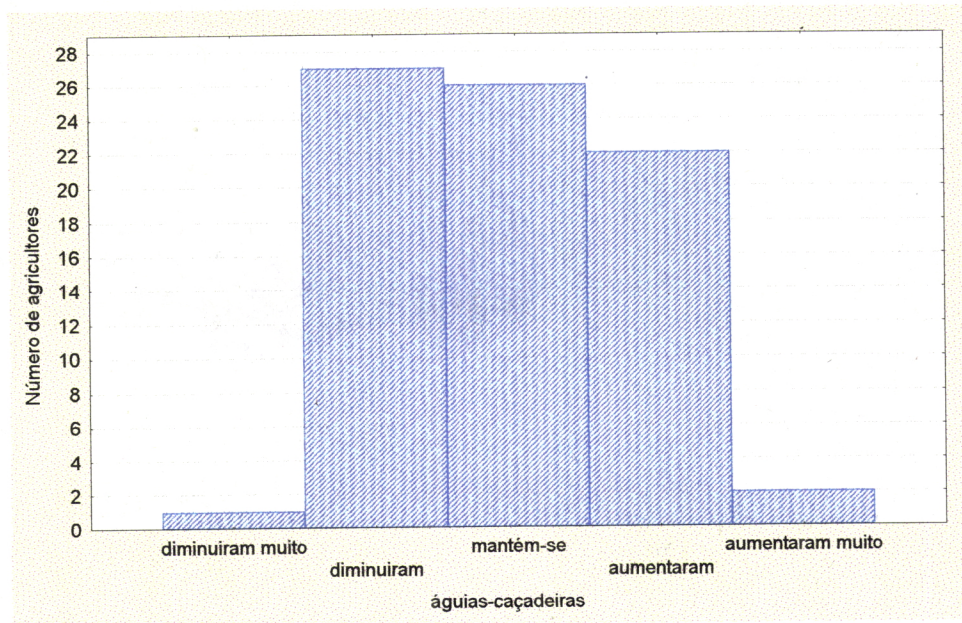


Figura 5 - Percepção dos agricultores quanto à variação da população de águias-caçadeiras.

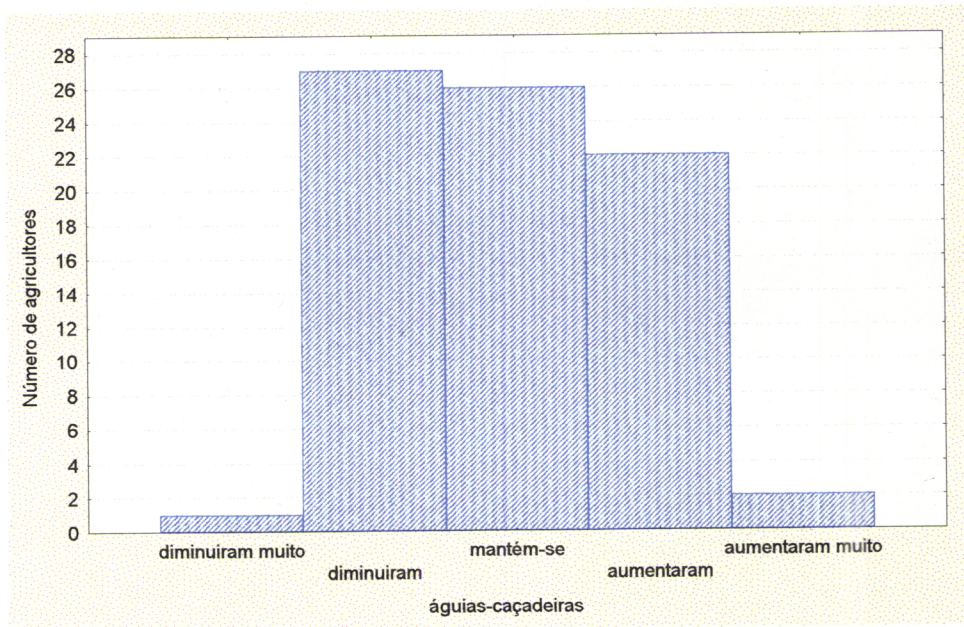


Figura 6 - Opinião dos agricultores em relação à interferência das águias caçadeiras na sua actividade

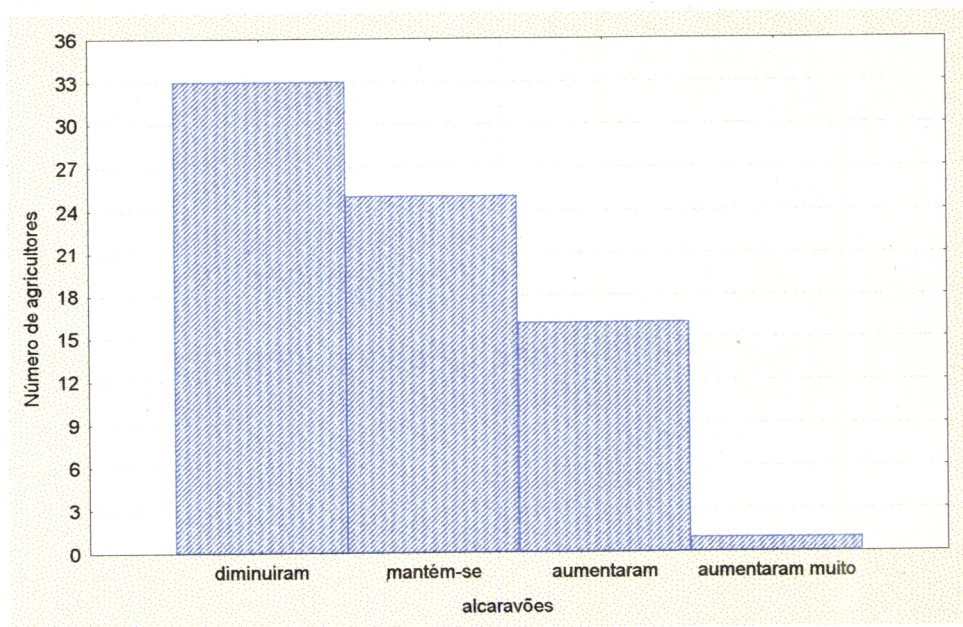


Figura 7 - Percepção dos agricultores quanto à variação da população de alcaravões.

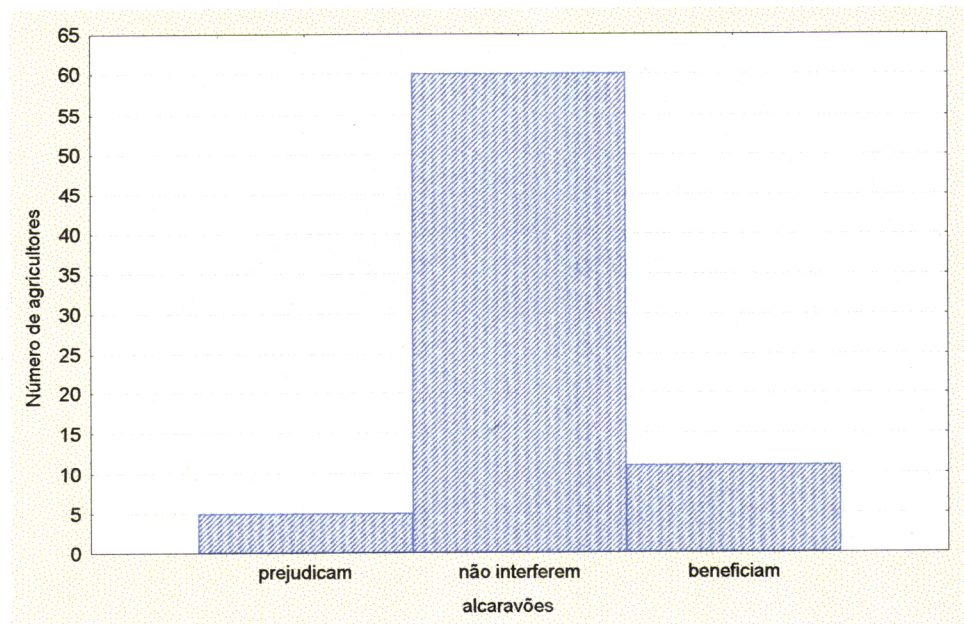


Figura 8 - Opinião dos agricultores, em relação à interferência dos alcaravões na sua actividade

ANEXO V

OUTROS DOCUMENTOS CONSULTADOS

ACTAS DA ESTRUTURA LOCAL DE APOIO DO PLANO ZONAL DE
APLICAÇÃO AO BIÓTOPO CORINE DE CASTRO VERDE:

- Acta I do dia 25 de Outubro de 1995;
- Acta II do dia 8 de Novembro de 1995;
- Acta III do dia 6 de Dezembro de 1995;
- Acta IV do dia 3 de Abril de 1996.

LEGISLAÇÃO:

- Portaria nº 688/94 de 22 de Julho - D.R. I Série B nº168 de 22-7-94;
- Portaria nº 1177/95 de 26 de Setembro - D.R. I Série B de 26-9-95;
- Anexo II da alínea do nº4 da Portaria nº1177/95 de 26-9-95.

